

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE HISTÓRIA

RAFAEL FERREIRA CUTRIM

**CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

SÃO LUÍS

2017

RAFAEL FERREIRA CUTRIM

**CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção da
Graduação em História Licenciatura

Orientadora: Prof^a Dr^a Zulene Muniz Barbosa

SÃO LUÍS

2017

RAFAEL FERREIRA CUTRIM

**CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual do Maranhão para obtenção da
Graduação em História Licenciatura

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Zulene Muniz Barbosa – UEMA (Orientadora)

Prof Dr. Josenildo de Jesus Pereira - UFMA

Prof^a Dr^a Celia Maria da Motta - UFMA

Cutrim, Rafael Ferreira.

Crise do Capital, Reestruturações Produtivas e Transformações no Mundo do Trabalho. / Rafael Ferreira Cutrim. – São Luís, 2017.

70 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Zulene Muniz Barbosa.

CDU 330.831.8-057.1

Dedico este trabalho a Célia e Cutrim,
pais queridos e amados.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao incentivo de muitas pessoas que se tornaram importantes nessa trajetória. Cada palavra dita por estas pessoas foram um incentivo a não desistir do meu objetivo pessoal. Minha orientadora, Zulene Muniz Barbosa, sempre sorridente e disposta a colaborar. Sua trajetória acadêmica e de militância são uma referência para a temática abordada neste trabalho. Minha profunda e eterna gratidão por ter sido paciente e ter aceitado a orientação deste trabalho. Jamais esquecerei de você.

A Hugo Rodrigues, primeiramente, por ter se tornado a minha primeira referência de militância política no movimento estudantil. Depois, por ter se tornado um grande amigo e companheiro. Camarada, não poderia terminar este trabalho sem te agradecer.

À Riella Alves, uma amiga para todos os momentos, um exemplo de coragem, dedicação e convicção na militância para emancipação da classe trabalhadora. Agradeço-te por ser tão especial e uma pessoa maravilhosa. Sua amizade quero cultivar para sempre.

A pessoas que conheci e que foram importantes para mim na trajetória acadêmica e no movimento estudantil: Raphaela Castro, Raphael Madson, Jodean, Mariana Sulidade, Amanda, agradeço pelas conversas, pelas alegrias, pelos debates, por terem sido inesquecíveis em suas ações e em suas ideias.

Aos professores da Uema, pelos ensinamentos e por serem tão dedicados ao trabalho que exercem nesta instituição contribuindo para a formação de jovens historiadores.

Aos companheiros Anderson e Geovane, vocês são fundamentais e a minha amizade, o meu carinho e admiração a estes dois é eterna. Nos últimos anos, temos compartilhado momentos inesquecíveis, de alegria e de dor, de vitórias e derrotas. Sem as palavras estimulantes para terminar esta graduação, não teria forças para seguir em frente.

Por fim, não menos importante, aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial como ser humano, como estudante, por terem me proporcionado uma educação digna, confiança e convicção, nos momentos que mais precisei de pessoas tão guerreiras e tão trabalhadoras. Célia e Cutrim, vocês são a minha fortaleza, a minha referência.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na classe trabalhadora como efeito da crise estrutural do capital. Os processos desencadeados pelo esgotamento do modelo fordista/taylorista tiveram na dupla ofensiva do capital neoliberalismo-reestruturação produtiva impactos sobre o mundo do trabalho implicando em múltiplas faces. As configurações da classe trabalhadora no Brasil ocasionadas pela inserção da economia nacional à escala global resultaram em alterações substanciais aos direitos dos trabalhadores e nas organizações sindicais que vivenciam um cenário de crise durante a década neoliberal. Investigar algumas destas processualidades em âmbito nacional é o objetivo deste trabalho.

Palavras-chave: neoliberalismo; reestruturação produtiva, sindicalismo.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the transformations that occurred in the working class as an effect of the structural crisis of capital. The processes triggered by the exhaustion of the fordist/taylorist model had in the double offensive of capital neoliberalism-productive restructuring impacts on the world of work implying multiple faces. The configurations of the working class in Brazil brought about by the insertion of the national economy of the workers and in the union organizations that experienced a crisis scenario during the neoliberal decade. Investigating some these proceduralities in scope is the objective of this work.

Key-words: neoliberalism; productive restructuring; syndicalism.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Reestruturações Capitalistas e Mundo do Trabalho	16
1.1 Considerações Iniciais.....	16
1.2 O fordismo e sua crise.....	17
2. Ascensão do Neoliberalismo	25
2.1 Antecedentes Históricos do Neoliberalismo.....	26
2.2 A experiência neoliberal: Governo Collor e Governo FHC.....	29
3. O Toyotismo: a nova ofensiva do capital - efeitos políticos e ideológicos nas organizações sindicais	44
3.1 Reestruturações Produtivas no Brasil.....	48
3.2 Brevíssimas considerações sobre o Novo Sindicalismo.....	53
3.3 A década de 1990 sob a era neoliberal – novas configurações do mundo do trabalho.....	59
Considerações Finais	65
Referências Bibliográficas	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a crise do capital e as atuais transformações no mundo do trabalho. A perspectiva é compreender como que a partir da crise orgânica do capital, desde o final dos anos 1970, as economias capitalistas vivenciam períodos de crises predominantemente marcados pela dificuldade de valorização do capital. Nos anos 1980, essa crise se explicitou na crise do padrão fordista – keynesiano, que teve por base, um tipo de trabalhador, parcelar e fragmentado pela decomposição das tarefas e regida pelo cronometro taylorista.

A crise do fordismo, que segundo Antunes (2000), era expressão de uma nova crise do capital exigiu uma nova reestruturação dos processos produtivos e na organização do trabalho. O modelo japonês, ou toyotismo, foi o experimento universalmente aceito pelo ocidente, o mais funcional, uma opção possível na superação da crise capitalista. Nas formações sociais capitalistas, esse novo padrão produtivo teve forte impacto sobre o mundo do trabalho e seus efeitos incidiram diretamente sob a classe trabalhadora, dando a ela novas configurações tanto dos países de capitalismo central como na periferia do sistema.

Do ponto de vista metodológico, a temática começou a ser pensada desde os tempos de militância no movimento estudantil na Universidade Estadual do Maranhão. Nesta fase, dedicávamos uma parcela do nosso tempo a dialogar com os estudantes em campanhas, panfletagens, atos de protesto tentando conscientizar os estudantes da precarização da nossa universidade.

A atuação no movimento estudantil durante a maior parte da minha vida acadêmica me levou a indagar a importância das entidades representativas nos movimentos sociais. O início de nossa atuação no movimento estudantil na Universidade Estadual do Maranhão tornou-se uma referência e nesse sentido, fundamental para a nossa formação teórica e política e da concepção de universidade que acreditávamos ser possível em nosso Estado.

Quando iniciamos a militância, o movimento estudantil na UEMA estava há muitos anos sem a sua representação estudantil máxima, o Diretório Central dos Estudantes. O longo período, sem esta entidade, culminou na adaptação de lideranças, neste intervalo, que surgiram, dificultando assim a resistência e reorganização da entidade, o que resultou no fechamento da sua sede. Ao lado, dos inúmeros companheiros lutamos para que a Universidade Estadual do Maranhão tenha uma entidade representativa que pudesse direcionar as lutas do movimento estudantil articuladas com as lutas sociais em nosso Estado.

O acúmulo de discussões sobre a situação dos movimentos sociais no país, culminou em algumas indagações: quando é que as entidades de classe não atingem os seus objetivos e se tornam um entrave para a luta dos seus representados? Quando que os estudantes e trabalhadores percebem que a direção de suas entidades são, na verdade, o vetor que paralisa a luta? Foi nesse contexto, que iniciamos a nossa trajetória de militante e tivemos a satisfação de participar de um momento histórico de organização da classe trabalhadora: o I Congresso da CONLUTAS¹, oportunidade em que foram debatidas as diretrizes do movimento sindical em oposição a Central Única dos Trabalhadores.

Foram os dias em que tive a oportunidade de compreender sobre o contexto do movimento sindical representado pela CUT que havia recuado de posições outrora muito caras ao novo sindicalismo. Um dos princípios que norteava a militância estudantil e sindical era a democracia interna nas suas instâncias, além da unidade com setores do movimento popular, estudantil, urbano e rurais. O princípio de unidade com o movimento estudantil me fez ampliar a visão que tinha naquele movimento. Eis o despertar de um interesse

¹ O I Congresso da CONLUTAS foi realizado nos dias 3 a 6 de julho de 2008. A realização desse congresso foi uma das principais resoluções do CONAT, congresso de fundação da CONLUTAS, realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 reafirmando o caráter classista e socialista que esta central viria a ter nos anos posteriores. Hoje, a CONLUTAS alterou seu nome para CSP-CONLUTAS num congresso de unificação ocorrido em junho de 2010. Para maiores informações, ver www.cspconlutas.org.br/quemsomos/historia. Acesso em: 05/12/2014

que me acompanha até hoje e que se tornou um objeto de estudo: a classe trabalhadora.

As mudanças na estratégia política da CUT, nos anos 1990, com o predomínio da sua corrente majoritária, Articulação Sindical, constatou-se uma guinada à direita com a intenção de manter a governabilidade pretendida no país naquele momento. As eleições presidenciais, em 2002, que elegem Lula são um momento crucial com a colaboração tanto da União Nacional dos Estudantes (UNE) como da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para as reformas do seu governo. Atuaram como entidades com o claro intuito de diminuir as pressões políticas e atuando como aparelhos burocratizados.

Foi nesse contexto que iniciei a minha atuação nos movimentos sociais. Contudo, o recorte temporal que pretendemos realizar neste trabalho não está relacionado ao governo Lula. O período escolhido para análise do movimento sindical e de suas organizações está compreendido durante a ascensão do neoliberalismo enquanto agenda governamental nos anos de 1990 a 2002.

A escolha deste período para análise muito se deve às minhas inquietações quanto às lacunas de pesquisas existentes no campo historiográfico. Neste projeto, coube-nos a tarefa de executar um plano de pesquisa que teve como eixo central de investigação o processo de consolidação da agenda neoliberal no Brasil desde o governo Fernando Collor até os governos de Fernando Henrique Cardoso.

As indagações feitas ao longo de minha trajetória acadêmica e pessoal sobre as relações no mundo do trabalho me fizeram refletir sobre a adaptação de várias entidades sindicais nos anos 1990. Que discursos foram adotados para convencer os trabalhadores sobre as benesses do projeto neoliberal? Qual orientação ideológica dessas entidades para se adaptarem a era neoliberal? Essas indagações são realizadas ao longo do presente trabalho. A pesquisa se apresenta como uma sucinta investigação e análise no campo da História Política.

Esta monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado *Reestruturações Capitalistas e Mundo do Trabalho* aborda de uma

forma geral as transformações ocorridas no mundo do trabalho em escala global após a crise do padrão fordista-keynesiano. Esta fase da acumulação capitalista marcada pela regulamentação da economia pelo Estado fora acompanhada de um crescimento econômico em várias regiões do globo. O Estado exerce o papel de controle e regulamentação entre o trabalho e o capital. Uma era de produção e consumo em massa.

O Estado tem seu papel redefinido sob a forma de *Welfare State* realizando políticas fiscais e monetárias voltadas para o investimento público. Com esse conjunto de políticas assegura uma distribuição de renda que ampliaram o consumo e a produção em massa. A erosão deste modelo de desenvolvimento inicia no final dos anos 60 com a redução da capacidade produtiva das economias centrais, fim do sistema Bretton Woods combinadas com o aumento do preço do petróleo. As soluções para o quadro de crise global passavam por reajustamentos e reestruturações. A ofensiva do capital incidiu diretamente sobre as organizações sindicais e sobre a classe trabalhadora como um todo para recompor suas bases de dominação.

Neste capítulo também discutimos as implicações deste processo para a classe trabalhadora analisando o caráter da crise do capital. Para isto, recorreremos a autores que debatem sobre esta temática, possibilitando uma compreensão mais clara da dinâmica das crises do sistema capitalista.

O capítulo 2 intitulado *Ascensão do Neoliberalismo* aborda as condições históricas de implantação do neoliberalismo em âmbito internacional e nacional. Abordando inicialmente desde os seus primórdios, a ideologia neoliberal ganha força com a crise capitalista, no final dos anos 60 pregando a livre concorrência, a exaltação do mercado e a intervenção estatal mínima.

O neoliberalismo se espalha por todo o globo e a inserção da América Latina neste contexto também é abordada. A classe trabalhadora lutara intensamente contra as medidas implantadas nos países centrais da economia capitalista e nos demais países da América Latina. Contudo, o caso do continente americano apresenta singularidades. A adoção das medidas neoliberais no continente fora seguida pelo pacote de medidas do Consenso de Washington. A segunda parte se dedica a examinar a experiência neoliberal no

Brasil nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. No governo Collor, a fase inaugural do neoliberalismo no Brasil fora marcada por um cenário econômico recessivo, iniciando o programa de privatizações e o lançamento dos planos de estabilização monetária. O Estado brasileiro começava a ser redefinido. As estratégias adotadas por Collor e toda a equipe econômica foram nocivas para a classe trabalhadora resultando em massivas demissões. Ocorreria uma queda vertiginosa da produção, empregos e salários, além de uma redução das greves nesta fase inaugural do neoliberalismo no Brasil.

Com o governo FHC, o neoliberalismo como agenda governamental se consolidou, alcançando com o plano de estabilização monetária, o Plano Real, um volume de capital externo crescente. A reforma do Estado se constituiu como uma das medidas essenciais para a redefinição de sua relação com a sociedade. A continuidade do governo FHC ancorada na estabilização monetária fora importante para a vitória nas eleições seguintes e a consequente desnacionalização da economia brasileira em setores produtivos. A instrumentalização da bancada parlamentar governista culminou em alterações na legislação a favor do presidente e em torno das reformas administrativa e previdenciária. Isto possibilitou uma nacionalização da agenda neoliberal. O capítulo discute brevemente as crises ocorridas no segundo mandato de FHC, inviabilizando a construção de um consenso nas demais classes sociais. O desequilíbrio nas contas públicas articulado a um crescimento econômico baixo resultaram em queda nos índices de popularidade.

Por fim, o último capítulo deste trabalho aborda as discussões em torno dos efeitos da reestruturação produtiva com as suas inovações técnicas e organizacionais e os efeitos sobre a classe trabalhadora. O toyotismo, como novo método de controle do trabalho impõe derrotas ao conjunto dos trabalhadores. Em nossa argumentação, expomos brevemente as transformações ocorridas nas organizações sindicais e no mundo do trabalho.

A dupla ofensiva do capital neoliberalismo-reestruturação atua conjuntamente para impor condições duras aos trabalhadores, no qual implicam em crescente desemprego, flexibilizações das relações trabalhistas, terceirizações, subcontratações, trabalhadores sem carteira assinada, temporários.

1. REESTRUTURAÇÕES CAPITALISTAS E MUNDO DO TRABALHO

1.1 Considerações Iniciais

As mudanças que ocorreram no mundo da produção e do mundo do trabalho desde os anos 80, chamadas de reestruturação produtiva, podem ser traduzidas num conjunto de alterações na organização das técnicas produtivas e de gerenciamento do trabalho. O mundo do trabalho sofreu fortes alterações em escala mundial, a partir de uma nova reestruturação capitalista.

Os sinais da crise sinalizavam para o esgotamento do período de apogeu do fordismo. Antunes (2001) aponta os principais traços: queda da taxa de lucro, esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, maior concentração de capitais, graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, crise do *welfare state* e incremento das privatizações com tendências generalizadas de desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos, dos mercados e da força de trabalho.

Como reação a esta crise, a estratégia capitalista, lançou mão de uma dupla ofensiva: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Segundo Braga (2006), o neoliberalismo, corresponderia ao processo de passivização no nível do aparelho de Estado e das formas estruturais da intervenção estatal, enquanto que a reestruturação produtiva encarnaria esse mesmo movimento no âmbito das forças produtivas. O neoliberalismo promoveu mudanças cruciais, nas relações de trabalho. A reestruturação dos processos produtivos deslocou a fábrica, local tradicionalmente espaço de atuação da classe operária assumindo contornos globais.

Conforme Antunes (2015), a classe trabalhadora em sua nova morfologia, contém outras configurações: precariedade contratual, formas múltiplas de terceirização e o crescimento do mercado informal. Tal ofensiva conservadora

expressou-se na dupla face neoliberalismo-reestruturação e atingiu níveis elevados de recomposição hegemônica do capital sobre o trabalho.

Foi nesta conjuntura que emergiram com força uma variedade de produções acadêmicas que argumentaram em torno da centralidade do trabalho, Claus Offe, Habermas, André Gorz. Sendo André Gorz, quem defendia as “novas tarefas” de pôr em marcha um novo padrão comportamental a ser adotado pela classe trabalhadora. De modo especial, as teses apresentadas por André Gorz, discorre sobre as novas tarefas e as novas feições no mundo do trabalho, em países centrais da Europa. O principal argumento era de que o trabalho perdia a sua materialidade devido a maioria dos assalariados exercerem tarefas administrativas, em bancos ou lojas tornando impossível a avaliação de desempenhos individuais. (1992, p. 239).

O trabalhador moderno, conforme Gorz (1992), ao exercer novas funções com o advento de novas tecnologias estaria agora liberado para desenvolver outras potencialidades.

1.2 O fordismo e sua crise

As circunstâncias históricas vivenciadas pelos países imperialistas após a Segunda Guerra Mundial permitiram que novas configurações geográficas e geopolíticas surgissem em meio a um contexto de perturbações do modo de produção capitalista. Consensualmente, o período imediato pós-segunda guerra mundial experimentou uma fase de acumulação capitalista, compreendida entre 1945 e 1973. Esta fase caracterizou-se por maior regulamentação da economia pelo Estado. Emerge os métodos de racionalização de Henry Ford. O consenso firmado pelas economias capitalistas do pós-guerra deu sustentação ao estado burguês do tipo *welfare state*, esteve ancorado no fordismo. (Barbosa, 2006).

O Estado promoveu, segundo analisa Harvey (1993), a retomada do crescimento econômico em várias regiões do mundo. O “boom econômico” no pós-guerra favoreceu inúmeros setores como a “construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e o automóvel, que se tornaram os propulsores do crescimento econômico. Harvey aponta como fator atrativo para o crescimento da economia mundial, a reconstrução das economias arrasadas pela guerra, as quais absorveram grandes quantidades de matéria-prima, elevando o consumo de massa.

O Estado assume o seu papel de controle e regulamentação como equilíbrio de poder entre o trabalho organizado e o grande capital corporativo. Nesse sentido uma nova base sobre as relações de classe foi estabelecida em cada região. Houve níveis de diferenciação da implantação do fordismo em cada país. Inúmeros pesquisadores indicam que o momento histórico no qual houve a ascensão do fordismo, a classe trabalhadora experimentou décadas de produção e consumo em massa. Sob a tutela dos Estados Unidos, como potência hegemônica no interior do bloco capitalista, abertura do comércio internacional e com o dólar como moeda-padrão.

A própria síntese do taylorismo/fordismo, durante o século XX possibilitou, segundo análise de Antônio Gramsci (1991), a gestação de um homem adaptado do ponto de vista físico, social e psicológico. Segundo autor (1991)

“O objetivo do fenômeno americano foi o maior esforço coletivo realizado até agora para criar com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem.”

Cabia ao operário, a mera execução de tarefas propiciadas pela maquinaria, na qual o trabalhador se torna gradativamente, apêndice da máquina. Associado a este processo, houve uma redefinição do papel do Estado traduzida sob a forma do *Welfare State*, Estado de Bem-Estar Social

(Durans, 2008) com uma atuação em torno de políticas fiscais e monetárias voltadas para áreas de investimento público, como transporte, equipamentos públicos, obras de infraestrutura, escolas, hospitais, entre outros, assegurava o pleno emprego.

Esse conjunto de políticas sociais e fiscais garantiu uma distribuição de renda, ampliando o consumo de massa para uma produção em massa. Em conjugação havia um intenso uso da propaganda nos meios de comunicação e a adoção de políticas sociais compensatórias. (Harvey, 1993). O fordismo atingiu patamares internacionais, principalmente na Europa.

Boito Jr (1998) ressalta que a implantação do Estado de Bem-Estar deve ser compreendida pelas condições criadas pelos conflitos inter-imperialistas e da ameaça representada pela União Soviética. Mas é preciso atentar que apesar disso, o fordismo não contemplou todos os segmentos sociais. Os trinta anos gloriosos não resultaram prosperidade econômica para todos os países.

Conforme analisa Harvey:

“O Estado aguentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso. Os fracassos qualitativos nesse campo eram motivo de inúmeras críticas, mas, no final, é provável que os dilemas mais sérios fossem provocados pelo fracasso quantitativo. A condição do fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado keynesiano

do bem-estar social poderia ser fiscalmente viável.” (1993, p. 133).

A falência do modelo de desenvolvimento assentado no *Welfare State* começa a ser esboçada em fins da década de 1960. A crise do fordismo evidenciou contradições sociais que solaparam as bases nas quais estavam assentadas o capitalismo do pós-guerra. O processo de erosão começou a se expressar no final dos anos 1960, quando foram reduzidas a capacidade produtiva das economias centrais. A desvalorização do dólar e o fim do sistema de Bretton Woods obrigaram as ascendentes economias japonesa e europeia a arcar com os custos de suas moedas e com a perda de lucratividade e produtividade, conjugadas com o aumento do preço do petróleo pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

O novo contexto mundial requeria ao mundo capitalista, soluções rápidas para um novo patamar de desenvolvimento. Isso implicou num conjunto de novas articulações para a recomposição do capital que, segundo Harvey (1993) tiveram um caráter de reestruturação e reajustamento.

“As transformações, implementadas tanto no nível das forças produtivas quanto nas estruturas políticas, a partir do final dos anos 1970, tiveram como objetivo a recomposição das bases materiais da hegemonia burguesa, mediante um conjunto de contratendências (utilização de tecnologias, automação, microeletrônica, intervenção estatal etc.) que transformaram também a composição de classe do proletariado. A classe trabalhadora se tornou mais fragmentada e mais complexa: em alguns setores houve uma relativa intelectualização do trabalho e, em outros, mais desqualificação e precarização, sem falar da massa de trabalhadores atingida pelo desemprego estrutural” (Barbosa 2006: 29).

Como se pode observar as medidas tomadas pelo capital para recompor as suas bases de dominação foi lançar mão de numa ofensiva estruturada em diversas ações para combater o poder dos sindicatos e da

própria classe trabalhadora. Portanto, a luta de classes é intrínseca ao processo de reestruturação capitalista.

Autores como Mandel (2006) apontam as implicações deste processo para os trabalhadores da seguinte forma:

“Em troca, a crise de superprodução significa que essa condição de equilíbrio não é e não pode ser respeitada: a crise é expressão da evolução não compatível dos dois setores. Mais precisamente: a crise é um momento no desenvolvimento do sistema capitalista. É uma sanção. É expressão intensa da anarquia do sistema. Como as condições de equilíbrio não podem ser respeitadas, já que resultam de decisões individuais mais ou menos independentes entre si, o sistema capitalista se encontra sempre numa destas três fases: a pré-crise, a crise, a pós-crise. Ele jamais está em equilíbrio. A evolução da produção tem de ser caótica; jamais pode ser regular. E isso, precisamente, por supor a exploração dos trabalhadores, a impossibilidade de integrá-los e definitivamente.” (2006: 70).

Entendem que, as crises de superprodução relacionadas aos movimentos da taxa média de lucro têm posição mutável em relação ao trabalho. Sobre isto, argumentam posturas ascendentes e descendentes da composição orgânica do capital². Elevação nas fases de prosperidade, declínio por eventuais aumentos de salários, além da oferta superior à demanda. Tais pontos revelam que ocorre uma intensa e brusca queda da taxa média de lucro. Por outro lado, as crises obrigam os capitalistas a recompor as suas bases para novamente

² Salama e Valier explicam sobre composição orgânica do capital: “ Chama-se capital constante Cc, a toda parte do capital que é transformada em máquinas, em matérias primas, etc., cuja produção não aumenta o valor, mas simplesmente o conserva. Chama-se capital variável Cv, parte do capital com que o capitalista compra a força de trabalho, porque só essa parte do capital permite ao capitalista aumentar o seu capital com uma mais-valia. Qual é então, a lógica econômica da concorrência, do impulso para o aumento de produtividade, do impulso para o crescimento dos meios mecânicos, do trabalho das máquinas? A lógica deste impulso, isto é, a tendência fundamental do regime capitalista é aumentar o peso de Cc, o peso do capital constante relativamente ao conjunto do capital. Na fração $Cc/Cc + Cv$ tem tendência a aumentar, isto é, a parte do capital total constituído por máquinas e matérias-primas e não por salários, na medida em que o maquinismo progride cada vez mais e em que a concorrência obriga o capitalismo a aumentar cada vez mais a produtividade do trabalho. (2006: 46-47)

recuperar a taxa média de lucro. Para que isto ocorra intensificam a extração de mais-valia, aumentando a duração e a intensidade do trabalho. Ocorre também uma descapitalização e depreciação do capital, como observam os autores, no seu estudo preliminar. Sobre isso afirmam:

“Essa descapitalização e essa depreciação do capital, ambas brutais e que significam uma queda em volume e valor do capital constante, trazem uma solução provisória à superacumulação de capital, ao mesmo tempo em que permitem um novo aumento da taxa média de lucro. Assim, é através das crises que se realiza a queda tendencial da taxa de lucro. Mas as crises, ao mesmo tempo, constituem a reação do sistema contra essa queda”. (2006:72).

Observamos, que todo o estudo preliminar apresentado sobre as crises, autores como Mandel, Salama e Valier, encontramos pontos identificáveis com o período de instabilidade do fordismo. Porém, numa leitura mais atenta, notamos que o esquema argumentativo se refere às crises de superprodução.

Mas entre estes, encontramos aqueles que interpretam a crise do fordismo, como sendo uma crise clássica de superprodução, onde observam a queda das taxas médias de lucro.

“A crise conjuntural aberta em 1974 deve ser interpretada como uma clássica crise cíclica de superprodução, isto é, como o desfecho de ‘uma fase típica de queda da taxa média de lucros’. A curva descendente das taxas de lucro ao longo dos anos que antecederam a recessão e os claros sinais de excesso de capacidade produtiva nos países imperialistas, segundo os dados apresentados por Mandel, são fortes argumentos em defesa desta interpretação. Ambos os fenômenos são anteriores ao sempre mencionado “choque do petróleo”, que não pode ser considerado, portanto, como causador da crise. De fato, a alta dos preços do petróleo influenciou sobre a crise quando ela já estava em curso, e de duas maneiras: estimulou a inflação internacional (pelo aumento de custos e pela ampliação da oferta de dinheiro crédito

representada pelos chamados petrodólares) e empurrou ainda mais para baixo a taxa de lucro (ao elevar o valor de um dos componentes do capital constante). Mas a explicação para esta, assim como para as demais crises de superprodução vividas pelo capitalismo ao longo de toda a sua história, é outra: trata-se de uma situação na qual a massa de mais-valia existente não é suficiente para assegurar a taxa média de lucro ao capital social. Tais crises são inerentes ao próprio processo de acumulação de capital e, ainda que sofram influências conjunturais específicas, não são determinadas pela interveniência accidental de fatores exógenos.” (Coelho, 2005: 404-05).

Mais adiante, o mesmo autor argumenta que a deflagração da crise pode ser interpretada como decorrente do acirramento do conflito das classes em torno da taxa de mais-valia. As grandes greves operárias da França (1968) e Itália (1969), radicalizadas e vitoriosas, são expressões deste acirramento, sintomas da crise do capitalismo tardio” (2005, 406). Os argumentos apresentados são pertinentes e demonstramos acima que, numa interpretação clássica de crise de superprodução teríamos acordo com o autor. Contudo, entendemos que o momento histórico aberto pela crise do capital no final dos anos 60 e tendo seu ápice em 1973, tem uma extensão profunda com desdobramentos perversos à classe trabalhadora em todo o globo. A reestruturação produtiva que se segue a esta crise, como veremos nesta pesquisa, tem sérias implicações no mundo do trabalho.

O trabalho de István Mészáros (2011) oferece uma análise e interpretação plausível sobre a crise do capital em torno do que denomina de *crise estrutural da ordem sóciometabólica do capital*, onde as condições históricas vividas, nas últimas décadas, desde as rebeliões de 1968 e de permanente e crescente queda da taxa de lucros. A reestruturação produtiva do capital do final dos anos 1970, segundo Mészáros, inaugura uma etapa de crise estrutural do capital, no qual, os limites intrínsecos ou absolutos não podem ser transcendidos sem que o controle predominante seja alterado para um modo qualitativo. Para o autor, a disposição de mundializar o mercado, é próprio do capital. Quando o

mecanismo de auto expansão do capital (produção, consumo e circulação /distribuição/realização) não consegue a superação interna das contradições ocorre uma crise. Sendo assim, podem ocorrer crises de diversos tipos, mas, só assume um caráter estrutural quando os limites últimos de uma estrutura global são postos em questão pelo sistema. Na formulação teórica de Mézaros, houve um longo período de ciclos, porém, a sua virulência da crise dos anos 1970 demonstrou-se duradoura e sistêmica. A crise não atinge apenas as condições socioeconômicas, mas é uma crise de dominação em geral, uma crise estrutural.

Motta (2009) ao buscar entender a natureza cíclica das crises capitalistas chama atenção para o fato de que as crises econômicas sempre sucedem um período de grande centralização e estagnação do capital, que por sua vez, são sucedidas por políticas de reversão da crise destinadas a realimentar o antigo padrão de acumulação de capital. Seguindo Marx (1978), Motta ressalta que, o sistema capitalista se reproduz através de determinados ciclos periódicos. Passa por fases de calma, de animação crescente, de prosperidade de superprodução, de crise e de estagnação. (2009;9)

2. ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

Um exame profundo das condições históricas de implantação do neoliberalismo deve se pautar pelo cenário econômico e político do pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1945 a 1973. O neoliberalismo, segundo Perry Anderson (1995), é um fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século XIX.

“Ele nasceu logo depois da II Guerra mundial na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON 1995, p 9).

A gênese dos preceitos fundamentais do neoliberalismo foi, segundo Anderson (1995), a fundação da Sociedade de Mont Pelérin onde foram formulados os primeiros esboços do neoliberalismo, ideologia que lograria êxito, nas décadas de crise, 1980 e 1990. Enquanto reação teórica e política aos postulados do Estado de Bem-estar social, vigente no pós-Segunda Guerra, o neoliberalismo construiu seus fundamentos teóricos retomando valores do “velho liberalismo”. Na sua face contemporânea, o liberalismo, agora neo, ressignifica os antigos fundamentos na fase pré-crise dos anos 30, onde o mercado atuava livremente. Torna-se parte da ideologia teórica e prática das ações dos governos nas economias centrais e, numa fase posterior, das economias periféricas na América Latina. Segundo Boito Jr (1999), o neoliberalismo brasileiro é tardio frente ao demais países da América Latina. Mas como ideologia e como política, o neoliberalismo foi a resposta à crise estrutural do capital.

No Brasil, houve resistência nos anos 1980, embora a conjuntura da Nova República tenha sido o palco de desembarque das proposições neoliberais, uma década de forte ascensão do trabalho, após um longo período de refluxo imposto pelo regime militar (BARBOSA, 2006). A criação da CUT em 1983 foi uma das expressões da luta sindical. Em 1989, a vitória eleitoral de Collor, o

neoliberalismo torna-se programa de governo e têm suas ações orientadas com o intuito de operar uma nova reestruturação capitalista.

2.1 Antecedentes Históricos do Neoliberalismo

A crise do sistema capitalista no final dos anos 1960 e agravada com a crise do petróleo em 1973 obrigou o capital a redefinir suas relações com o Estado e com o movimento operário. Nesse sentido, é necessário perceber as mudanças substanciais adotadas pelas burguesias transnacionais no âmbito das forças produtivas e operacionalizadas pelo Estado. Milton Friedman, neste cenário tornou-se um dos principais teóricos que argumentavam em torno de um livre mercado e suas ideias contribuíram para a primeira experiência neoliberal no mundo antes dos países capitalistas centrais: o Chile. Essa experiência foi marcada pela aplicação de um programa duro, desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos.

Para quem se dedica ao exame da hegemonia do capital, particularmente, sob a ótica neoliberal fica evidenciado nas práticas discursivas e nas produções acadêmicas que a ordem neoliberal tem alcances de proporção mundial com profundos ataques à classe trabalhadora e aos seus organismos de representação. Como ideologia, o neoliberalismo prega a exaltação do mercado, a livre concorrência e intervenção estatal mínima. No entanto, Boito Jr (1999) observa uma contradição histórica nos preceitos neoliberais e nas ações práticas. Em seus fundamentos teóricos, rejeita a presença do Estado, mas, inúmeros são os exemplos, incluindo o Brasil, dos mecanismos lançados para operar mudanças no aparato estatal para o favorecimento do receituário neoliberal.

Segundo Anderson (1995), as medidas neoliberais, podem ser sintetizadas em torno de premissas fundamentais, quais sejam: Estado forte no controle dos sindicatos e na gestão monetária; estabilidade monetária, acompanhada da disciplina orçamentária, contenção dos gastos com bem-estar, restauração mínima do desemprego; reformas fiscais e a propalada defesa do mercado.

A este respeito Boito Jr (1998) assinala:

“O ponto que nos interessa aqui é que o neoliberalismo contemporâneo, enquanto liberalismo econômico, não tem como objetivo, diferentemente do que ocorre com o liberalismo político, a defesa da democracia, podendo inclusive, prescindir dessa forma de Estado [...]. Mesmo onde convive com a democracia, o neoliberalismo contemporâneo propugna e implementa medidas autoritárias de restrição à democracia burguesa – no caso dos países da América Latina, o confisco, pelo executivo, da competência legislativa dos parlamentos.” (1998; 18;19).”

A inserção da América Latina, na ordem neoliberal, constituiu uma das grandes preocupações dos estudiosos, particularmente, pela singularidade que assumiu o processo de privatização em diversos países no continente. A configuração estatal foi no sentido de garantir a integração das economias nacionais à transnacionalização do capitalismo. Portanto, a questão do Estado e sua formatação frente aos desígnios neoliberais compôs um tema recorrente na literatura especializada. Segundo Boito Jr (1998), com a plataforma neoliberal, a intervenção do Estado na economia fora ressignificada. O autor evidencia que:

“Os governos neoliberais, a despeito do discurso doutrinário que os inspira, irão, então, selecionar os setores e as atividades aos quais aplicarão os princípios doutrinários do neoliberalismo; criarão, ademais, novas áreas e novos tipos de intervenção do Estado na economia e, a despeito do discurso apologético da livre concorrência, estimularão a formação de novos monopólios. Esse processo configura, portanto, não uma simples redução da intervenção do Estado na economia. Pode-se falar numa redução, mas, ao mesmo tempo, essa redução é acompanhada de uma reformulação do intervencionismo estatal” (1998:23).

Dentre as experiências de governos que adotaram fervorosamente a política neoliberal, em seus respectivos países, sem dúvida, as ações de Margareth Thatcher, em 1979, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, em 1980. Conforme Anderson, o governo Thatcher, em suas ações demonstrou um “purismo”, por ter sido o pioneiro na Europa. As medidas adotadas foram: contração da emissão monetária; elevação da taxa de juros; redução de impostos sobre rendimentos altos; abolição de controles sobre os fluxos financeiros; níveis de desemprego massivos; legislação anti-sindical; corte de gastos sociais; amplo programa de privatizações em setores como habitação pública, indústrias básicas, como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e água³.

Na América Latina, os casos da Venezuela, México, Argentina, Peru, Bolívia e Brasil, proliferaram, principalmente, após a realização do Consenso de Washington. No caso do continente americano, como dissemos acima, têm especificidades, tendo aspectos em comum, o desmonte do aparato estatal.

Diante dessas medidas, a classe operária foi obrigada a lutar com fervor político para a manutenção dos seus empregos e dos seus direitos trabalhistas. Desse modo, mobilizações importantes aconteceram na Inglaterra, com o movimento da greve dos mineiros, enfrentando a intransigência de um governo “inflexível no seu propósito de derrotar o forte movimento sindical⁴. A duração da greve de 16 meses representou um dos processos de lutas de classes mais acirrados no pós-guerra, culminando na derrota do movimento grevista.

“Uma intensa luta ideológica foi travada durante todos os 16 meses de greve e de luta dos mineiros ingleses contra o desemprego e outras mazelas trazidas pelo governo Thatcher. Contando com o apoio de forças neoliberais de outras partes do mundo, o governo britânico importou carvão da Polônia, recebeu carregamento dos EUA de Ronald Reagan, seu maior

³ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo... Op. cit. p, 24

⁴ BRANDÃO, RAFAEL Vaz. Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Tese de Doutorado, 2013. p, 56.

aliado e, finalmente, contou com o apoio da imprensa reacionária britânica e dos serviços secretos de espionagem que lançaram um falso dossiê, conhecido como Relatório Cook, que acusava os sindicatos ingleses de terem relações com terroristas líbios” (BRANDÃO 2013; 56-57).

Na América Latina, ocorreram governos que adotaram o projeto neoliberal. Com a realização de um seminário com a participação de economistas latino-americanos, funcionários do FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, membros do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além de representantes do governo estadunidense. Foram debatidas medidas e/ou reformas para o continente retomar o crescimento econômico, desenvolvimento social e a redução do quadro de hiperinflação na década de 1980. O acúmulo dessas discussões resultou em medidas adotadas pelos países do continente. Esse pacote de medidas ficou conhecido como o “Consenso de Washington”(1989), o qual deve ser entendido como um ataque contra às conquistas das classes trabalhadoras.

No Brasil, a porta de entrada do projeto neoliberal foi o governo de Fernando Collor, em 1989, e o aprofundamento e consolidação do projeto neoliberal ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso.

2.2 A experiência neoliberal no Brasil: Governo Collor e Governo FHC

A vitória de Collor deve ser atribuída muito mais ao temor da burguesia numa possível vitória de Lula, do que propriamente pelo seu carisma. Contudo a eleição de Fernando Collor “significou o definitivo início de uma nova fase para o capitalismo brasileiro: a fase neoliberal caracterizada pelas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas. (BARBOSA, 2006, p. 65). Estava inaugurada a Era neoliberal. O neoliberalismo, a partir deste momento histórico, sai do campo doutrinário, e orienta concretamente as ações do Estado brasileiro, compondo a diretriz da

política econômica nos anos subsequentes. As feições neoliberais assumem contornos mais nítidos.

A defesa do livre mercado, a competitividade, em contraposição ao intervencionismo do Estado ganhou impulso, a partir dos anos 1990. O discurso neoliberal, no Brasil, insistia na incapacidade do Estado. Para garantir a entrada definitiva nos ditames da ordem capitalista, era mais do que necessário cumprir as exigências estabelecidas no Consenso de Washington. Os segmentos da burguesia financeirizados pretendiam a subordinação do Estado à lógica do capital. O caráter regulador do Estado deveria ser completamente abandonado. Fernando Collor inicia essa fase do capitalismo brasileiro com uma nova estrutura produtiva reordenada:

“Para Fernando Collor, a inserção do Brasil na nova ordem mundial implicava reordenar a estrutura produtiva e social como condição para atingir um novo patamar de desenvolvimento e de modernidade. Para tanto, seria necessário ultrapassar o atraso para a redução do tamanho do Estado – responsável pela combinação de ineficiência e desperdício e causa de todos os males sociais. O discurso da ineficiência do Estado na resolução da crise fortaleceu as políticas de liberalização e anti-protecionistas, que passavam a dar a tônica do que foi denominado ‘Brasil Novo’” (BARBOSA, 2006, p. 65-66).

A condição privilegiada do Estado como condutor das políticas sociais, econômicas, fundamento do padrão de desenvolvimento, no qual, o país se estruturou, nas últimas décadas, já não era mais suficiente para os ideólogos do neoliberalismo. Desta forma, o presidente Fernando Collor inicia as suas ações visando a realização de seus objetivos para o alcance da estabilidade monetária, da redução do Estado, com o programa de privatizações.

Fernando Collor, para alcançar a estabilidade monetária, lançou em 1990, seu primeiro plano de estabilização denominado Plano Collor ou Plano Brasil Novo. O plano concentrava-se nas áreas monetário-financeira, fiscal, de

comércio exterior, câmbio, e de controle de preços e salários. Para o equilíbrio das contas externas, era imprescindível a redução da máquina administrativa com redução dos ministérios, extinção de empresas, privatizações, demissões.

Com a adoção de câmbio flutuante, desobrigando o governo de fixar taxas. O plano ainda tinha uma fase de congelamento geral de preços e bens de serviços. Estabelecendo sucessivas medidas provisórias, permitiu a livre negociação entre patrões e empregados, proibindo a indexação salarial, como mecanismo de reajuste dos salários. Com os preços liberados dos controles governamentais, o governo equilibrara as finanças públicas e com aumento das reservas externas. (SANDRONI, 1999, p. 467). Porém, a economia não sustentou por muito tempo, os efeitos do plano, que entrou em recessão, sendo apontado por alguns autores como um fracasso. Singer aponta alguns dos pontos problemáticos do plano, do seguinte modo:

“[...] O Plano Collor levou a ideia do corte de demanda às últimas consequências ao decretar o sequestro de todas as reservas líquidas – inclusive depósitos à vista e na poupança – por um ano e meio. Ele lançou a economia em profunda recessão, a ponto de uma inflação, de 80% na primeira quinzena de março [de 1990] transformar-se em deflação na quinzena seguinte. Antes que a economia entrasse em completo colapso, a equipe econômica começou a permitir o acesso a recursos líquidos a setores específicos, de acordo com o arbítrio dos que manejavam a abertura de torneiras.” (SINGER, 1999, 25-44).

No comércio exterior, “um conjunto de medidas e diretrizes gerais para a Política Industrial e Comércio Exterior (PICE) abria o mercado brasileiro para a concorrência desregulada” (BARBOSA, 2006, p. 67). Na análise da autora, esse conjunto de medidas tinha o objetivo de acelerar a reestruturação produtiva nos moldes da concorrência internacional. O presidente tinha uma clara intenção de reformular vários setores estratégicos que elevassem a

produtividade das empresas para estarem em condições adequadas de competitividade.

Quanto ao programa de privatizações do Governo Collor, o Plano Nacional de Desestatização (PND), redefinia a atuação estatal, além de ser um instrumento de combate à redução da dívida pública. Houve uma diversificação nos setores das empresas e com marcos jurídicos específicos. O plano insere-se num contexto mais amplo de internacionalização e liberalização da economia. Não havia restrições quanto às empresas a serem incluídas no programa de privatização. Para ilustrar sobre a legislação que regulamentava as privatizações, no governo Collor, Almeida comenta que:

“Na análise do primeiro decreto da Lei nº 8031, fica possível identificar algumas rupturas com o padrão legal vigente até então sobre o programa de privatização. Em primeiro lugar, a privatização no governo Collor está inserida em um processo mais amplo de reforma do Estado. A iniciativa privada está livre de qualquer tipo de amarra, e a privatização é caracterizada como um mecanismo de saneamento das contas públicas. Assim, no começo dos anos 1990, a onda privatizante esteve muito além de uma tentativa de retomar o controle sobre as Empresas Estatais que o governo havia perdido. Tratava-se agora de remodelar o Estado a partir de um diagnóstico de ineficiência e gigantismo.” [...] (ALMEIDA, 2010: 273).

O Plano apresentara uma estrutura operacional complexa, demonstrando o grau de compromisso que a equipe econômica de Collor tinha com os trâmites institucionais. Sobre o programa de privatização, devido ao lento e burocrático processo de efetivação para que uma empresa fosse realmente privatizada, constatou-se um número baixo de desestatização das empresas. O programa tivera inúmeros reajustes em meio a escândalos, e passou por novas reformulações, já no governo Itamar Franco.

“ As medidas de estabilização da economia implementadas pelos Planos Collor I e II, acarretaram grande número de demissões, especialmente em empresas do setor

automobilístico. Alguns estudos mostraram que nas regiões metropolitanas o emprego industrial decresceu entre 1991 e 1995, contribuindo para que mudanças significativas fossem operadas no mercado e trabalho. A estratégia articulada entre governo e patronato teve o poder de colocar o movimento sindical na defensiva e contribuir para o refluxo das greves e a quebra da resistência – elementos que caracterizaram o movimento sindical durante toda a década de 1980.” (BARBOSA, 2006, p. 68).

Para a construção da hegemonia neoliberal, era crucial minorar as atividades sindicais e controlar o ímpeto das organizações sindicais e do crescente número de greves na década anterior. A retirada sistemática de direitos trabalhistas e sociais assim como de sua flexibilização constituíram-se em componentes essenciais para a unidade do bloco no poder. O sindicalismo brasileiro ainda teria que enfrentar o surgimento de uma entidade, a Força Sindical, defensora dos princípios neoliberais e da construção do consenso em torno deste programa entre os trabalhadores. Contudo, não cabe aqui uma exposição, mas detalhada sobre a dinâmica do movimento sindical que será feita no próximo capítulo.

Consideramos importante apresentar alguns aspectos da política recessiva de Collor indicada por Boito Jr. O autor enfatiza uma queda vertiginosa dos empregos somente nos três anos do governo Collor. Os salários também acompanharam esta queda. O nível salarial era crítico e a cada ano tinha oscilações. O autor comenta assim:

“[...] Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do Governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$ 88.55 em 1988 e de US\$ 90.93 em 1989. Em 1990, começou a queda, e ela foi brusca: US\$ 64.22 em 1990, US\$ 62.41 em 1991 e US\$ 65.70 em 1992. De novo, o ano de 1993 indica uma pequenina recuperação com o salário mínimo subindo para US\$ 74.33. O

rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) apresentou curva semelhante.

Portanto, em 1990, 1991 e 1992, caíram a produção, emprego e os salários. Em 1993, todos esses três índices iniciaram uma pequena recuperação, sendo que o significativo crescimento do PIB no ano de 1993 não foi acompanhado de uma redução digna de nota na taxa de desemprego – fato indicador de que as empresas aumentaram a produção sem aumentar significativamente o pessoal empregado. A recessão de 1990/1992 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito – se em 1990 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país, em 1991, esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões. (BOITO Jr, 1999, p. 135).”

Observa-se que a redução das greves e da queda salarial incidiram sobre o padrão de vida dos assalariados, a partir dessa “nova rodada de transnacionalização do capitalismo” (BARBOSA, 2006).

Com o impeachment de Collor, o projeto neoliberal tem sua continuidade com o governo Itamar Franco que prossegue com as privatizações e a reforma do Estado segundo as diretrizes do Consenso de Washington que foram plenamente incorporadas.

Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda montando uma equipe econômica semelhante ao do Plano Cruzado tendo como principais teóricos André Lara Resende e Pêrsio Árida. Singer (1999) aponta que o Plano Real formulado por ambos previa a estabilização através de uma indexação⁵ geral e uniforme de todos os valores neutralizando

⁵ Mecanismo de política econômica pelo qual as obrigações monetárias têm seus valores em dinheiro corrigidos com base em índices oficiais. No Brasil, por exemplo, os salários, pensões e aluguéis residenciais eram corrigidos em função da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Depois de 1986, com o Plano Cruzado, O Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), as regras de indexação sofreram várias alterações, sendo até suspensas durante algum tempo. Desde a aplicação do Plano Collor 2, a indexação como medida de correção monetária foi oficialmente abolida. No entanto, com a aceleração da inflação entre 1991 e 1994, ela voltou a ser admitida, para ser outra vez eliminada (pelo menos parcialmente) com o advento do Plano Real (SANDRONI, 1999).

os efeitos distributivos da inflação. Para alcançar isto lança em maio de 1994, o indexador denominado de URV – Unidade Real de Valor – que corrigiria diariamente os valores cotados em cruzeiros.

Havia outros aspectos presentes na economia brasileira naquelas circunstâncias que necessitavam de medidas para solucionar os impasses. A equipe econômica de FHC apontava para medidas do tipo como: controle orçamentário, visando a recuperação da credibilidade do governo perdida com os escândalos do governo anterior; fim da inadimplência dos estados com a União para equilíbrio nas contas públicas; avançar no processo de privatização de empresas estatais para promover investimento na expansão e melhoria de serviços públicos; renegociação da dívida externa tida como importante para a confiança dos investidores internacionais.

Gradativamente, a URV provocou uma sensação de perda inflacionária ao corrigir preços, salários e demais valores por índices idênticos, como afirma Singer. O ajuste fiscal implantado, pelo então ministro Fernando Henrique como emenda à revisão constitucional denominado de FSE – Fundo Social de Emergência – propunha a liberação da utilização de 20% das receitas constitucionalmente vinculadas a despesas específicas, que eram transferidas a estados e municípios, como educação e seguridade social. Constituiu-se como uma centralização da União em detrimento dos recursos das demais esferas de poder.

A rápida estabilização alcançada com o lançamento da nova moeda, em julho de 1994, e o crescente afluxo de capitais externos com a abertura do mercado interno às importações proporcionou aos brasileiros novas expectativas. O êxito do Plano Real aliado ao projeto neoliberal e sua difusão, ganhava corações e mentes, pela ideia do privado, permitiu ao então candidato Fernando Henrique Cardoso uma expressiva vitória em outubro daquele mesmo ano.

O governo Fernando Henrique Cardoso implementou uma ampla reforma do Estado. O relativo sucesso da moeda efetivamente, em julho de 1994, logo

no seu primeiro ano, possibilitou um grande afluxo de capital externo devido a uma conjuntura internacional favorável. Desde o seu discurso de despedida do Senado Federal, fica evidente que FHC condenara as ações do Estado desenvolvimentista e lança as bases do seu modelo de desenvolvimento amparado em: estabilidade macroeconômica, abertura da economia, nova relação Estado-mercado, constituição da infraestrutura econômica e social. (CARDOSO, 1994: 5).

A reformulação da intervenção do Estado no governo FHC tivera como eixo central redefinir a relação entre Estado e sociedade e do regime de acumulação capitalista no país. A partir de agosto de 1995, começara a ser orquestrado o Projeto de Emenda Constitucional nº 173, a reforma nos aparelhos estatais e na política do Estado. (SILVA, 2001, p. 84). Essa estratégia estava estruturada no Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado elaborado pela Câmara de Reforma do Estado e a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado.

O PDRAE tinha como objetivo central que a reforma do Estado Brasileiro consolidasse a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia (2013, p. 118). O plano previa o fortalecimento do Estado para a regulação da economia de mercado. Eis uma contradição com os princípios neoliberais, como dissemos anteriormente, o Estado e a sua estrutura governamental continua a ser um elemento primordial para que os investimentos do capital sejam realizados.

De acordo com Brandão,

“[...] a reforma do Estado envolveria múltiplos aspectos. Em primeiro lugar, tornava-se necessário um ajuste fiscal, que devolveria ao Estado a capacidade de definir e implantar políticas públicas. Através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista de substituição de importações. O programa de privatizações, por sua vez, refletiria ‘a conscientização da gravidade da crise fiscal e da correlata limitação da capacidade do Estado de promover

poupança forçada através das empresas estatais'. Através desse programa, seria transferida para o setor privado a tarefa da produção que, na visão do PDRAE seria realizada 'de forma mais eficiente' (2013, p. 119).”

O Estado deveria abandonar o modelo implantado em décadas anteriores e assumir um novo papel transferindo a iniciativa privada, atribuições que eram de competência estatal.

O PDRAE privilegiou quatro setores ou atividades consideradas fundamentais para a definição dos rumos do Estado brasileiro. Entre estes setores encontra-se: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não exclusivos e a produção de bens e serviços. Sendo o núcleo estratégico, os poderes executivo, legislativo e judiciário, ministérios e demais agências governamentais. As atividades exclusivas incluíam o poder estatal de regulamentar, fiscalizar, fomentar, atividades que o Estado poderia e deveria realizar. Como exemplo dessas atividades, temos cobrança e fiscalização de impostos, polícia, previdência social básica, o serviço de desemprego, a fiscalização do cumprimento de normas sanitárias, meio ambiente, subsídio à educação básica, entre outros (BRANDÃO, 2013, p. 120). Na tarefa sobre a regulamentação, o Estado deveria limitar-se nas ações previamente definidas.

As principais reformas do Estado, no PDRAE: reforma administrativa e a reforma previdenciária. Dentre as propostas da reforma administrativa estão: a) o fim da obrigatoriedade do regime jurídico, com a possível contratação de funcionários não concursados; b) a possibilidade de realização de processo seletivo para a admissão de celetistas e a manutenção de concurso público para a contratação de funcionários públicos; c) a possibilidade de demissão de funcionários públicos estatutários, por falta grave, insuficiência de desempenho ou por “excesso de quadros com direito a indenização para o servidor; d) a possibilidade de colocar servidores em disponibilidade com remuneração

proporcional ao tempo de serviço como alternativa à exoneração por excesso de quadro; e) a possibilidade de contratação de estrangeiros para o serviço público; f) limitação salarial dos funcionários públicos e da classe política, à remuneração do presidente da República; g) limitação dos proventos e das pensões ao valor equivalente ao valor recebido pelo servidor na ativa⁶.

Os efeitos dessa “reforma administrativa” incidiram sobre a classe trabalhadora que não encontrou outra alternativa a não ser lutar pela manutenção dos seus empregos. Evidente que, o funcionalismo público foi o alvo principal dessa política. As críticas ao Estado desenvolvimentista e as longas carreiras do funcionalismo público sempre foram questionadas pelos defensores liberais que enxergavam a necessidade de um “enxugamento” da máquina estatal.

Em 1998, o MARE, na gestão de Bresser Pereira, privatizara todos os setores de infraestrutura e as vagas ociosas deixadas por servidores públicos aposentados, falecidos ou afastados não foram preenchidas, tendo como exemplo o déficit na categoria de docentes das universidades federais acumulado em 8000 vagas.⁷

Outro aspecto essencial da reforma do Estado, era a reforma previdenciária que previa as seguintes alterações: a) fim da aposentadoria integral e das aposentadorias proporcionais ao tempo de serviço e em especial para o professor de ensino superior; b) introdução da exigência da idade mínima para a aposentadoria voluntária, e a alteração do tempo de serviço, como requisito, em tempo de contribuição; c) fixação de proventos proporcionais à contribuição do servidor (75 a 80% do salário médio recebido nos últimos 36 meses anteriores à aposentadoria; d) proibição de concessão

⁶ BRANDÃO, 2013, p. 121-122 apud VISENTINI, Georgina Simões. Reforma do Estado no Brasil (1995-1998): o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado. 213f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em História Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 71.

⁷ CADERNOS ANDES, nº 25, 2007.

de adicionais na passagem para a inatividade; e) proibição de acumulação de proventos com remuneração de cargos públicos. (BRANDÃO, 2013, p. 122).

Em síntese, a reforma da previdência comprova os constantes ataques aos aposentados e funcionários públicos do país numa escala crescente. É a desregulamentação do mercado de trabalho, nas suas mais diversas facetas.

No que concerne à abertura da economia nacional ao capital estrangeiro, principalmente devido à conjuntura favorável da implementação do Plano Real acompanhado por uma política de sobrevalorização cambial houve uma onda crescente de fusões, incorporações, centralização de capitais, o capital internacional e os grupos econômicos financeiros, em plena transnacionalização e com aumento do poder político. (Filgueiras, 2006).

O fluxo de capitais externos, no Brasil, favorecido pela conjuntura internacional, retoma o sentido contrário ao anúncio da crise mexicana com a suspensão dos pagamentos. Para atenuar os efeitos, o governo brasileiro lança uma política de desvalorização do real a curto e longo prazo a ser atingida em 12 meses. Contudo, Singer aponta que a medida principal do governo foi a elevação da taxa de juros e o arrocho de crédito que lançam a economia brasileira em recessão. Com o retorno do equilíbrio das contas externas, os capitais retornaram.

O primeiro mandato de FHC tivera na estabilização monetária um de seus grandes trunfos para a continuidade do exercício de poder nas eleições de 1998. No entanto, seus efeitos sobre a classe trabalhadora são profundos. Brandão argumenta que o governo enfrentou dificuldades. O autor afirma que:

“Apesar da estabilização monetária e da queda da inflação, os anos que sucederam à criação do Plano Real com FHC no poder, foram marcados por um crescimento medíocre do PIB, pela reduzida taxa de investimentos e pela elevação da taxa de desemprego. Entre 1994 e 1998, as exportações cresceram apenas 20% enquanto que as importações alcançaram 80%. Os salários, antes reajustados de acordo com a inflação,

passariam a ser decididos diretamente entre empregadores e empregados, levando a um quadro de rápida deterioração das condições de trabalho, rebaixamento salarial e fragilização do movimento sindical.” (2013, p. 115)

A sua política monetária ao longo do primeiro e do segundo mandato, os ajustes fiscais impostos à classe trabalhadora, o arrocho fiscal imposto a estados e municípios obrigados a privatizar empresas públicas, permitiram um crescimento excessivo do capital estrangeiro. A desnacionalização da economia brasileira em setores produtivos, como siderurgia, petroquímica, telecomunicações, portos, sistema bancário reduziram cada vez mais a participação do Estado no controle acionário de empresas públicas.

Uma das características para que houvesse um gradativo processo de desnacionalização da economia brasileira foi a relação Executivo –Legislativo. Fernando Henrique desde o primeiro ano de governo instrumentalizou diversas vezes a bancada parlamentar governista para alterar a legislação a seu favor em torno das reformas administrativa e previdenciária. Uma evidência dessa característica que encontramos pode ser descrita da seguinte forma:

“De 1995 a 2001, 82 dos projetos aprovados pelo congresso foram de iniciativa do Executivo. Até maio de 2001, o Planalto editou 236 medidas provisórias originárias e reeditou nada menos do que 2.346 outras. Destas, apenas 167 foram convertidas em lei, ou seja, votadas pelo Congresso. Sem levar em conta as reedições e considerando-se apenas as convertidas em lei, o governo alcançou, entre 1995 e 1997, a alta média de 3,5 medidas provisórias ao mês. A grande maioria trata de temas da área econômica (55,46%), seguindo-se as que regulam assuntos administrativos (36,7%). (CHAGAS, 2002, p. 343;344).”

Portanto, através de mecanismos jurídicos e de uma bancada parlamentar favorável, a nacionalização da agenda neoliberal no governo FHC avançou de forma avassaladora. A relação entre estabilização monetária e investimentos estrangeiros diretos é um elemento significativo para a compreensão da consolidação do projeto neoliberal no Governo FHC. Para ilustrarmos como houve um crescimento das privatizações apresentamos o seguinte gráfico:



Fonte: Nassif, Luis. Política Macroeconômica e Ajuste Fiscal. IN: A Era FHC: um balanço/ Lamounier, Bolívar, Figueiredo Rubens (org).

Com o exposto acima ficou demonstrado que houve uma multiplicidade de setores que foram escolhidos pelo governo brasileiro. Em especial, destaque para os setores de energia elétrica e telecomunicações. Sobre as privatizações brasileiras, inúmeras pesquisas investigaram sobre o processo de desmonte da participação do Estado nas empresas estatais pelo autor Aloysio Biondi.

O autor aponta uma falta de estratégia e desorganização das privatizações em curso no Brasil, naquele período. Contrapondo-se ao que Fernando

Henrique dissera em seu programa de governo⁸, o autor analisa que as empresas privatizadas além de lucrarem facilmente, tinham sido vendidas a preços irrisórios. Biondi (1999) apresenta seus argumentos sobre cada uma das justificativas do governo para as privatizações, seja em âmbito federal e/ou estadual. Entre estes, os reajustes de preços antes da privatização; as demissões maciças de trabalhadores das estatais, aquisições destas com folhas de pagamento reduzidas pela metade; repasse de dívidas das estatais para o Tesouro Nacional, enquanto os compradores operavam estas empresas sem dívidas; além disso, tanto União quanto estados assumiram os fundos de pensão das estatais vendidas⁹.

O segundo governo Fernando Henrique tentou redirecionar as prioridades para áreas sociais como foi veiculado pela imprensa nacional e local. Mas, com a crise cambial em janeiro de 1999 e a queda de popularidade assim como a falta de empenho para executar uma reforma política foram cruciais para o desgaste político do presidente. Diante destes fatos, Filgueiras nota que houve uma dificuldade do projeto neoliberal, sob o comando do capital financeiro, em transformar sua dominação em hegemonia, isto é, de construir um consenso também nas demais classes sociais.

O crescimento econômico pífio decorrente de uma crise cambial, ocorre logo no primeiro ano do segundo mandato. O governo não conseguira equilibrar as contas públicas com o empréstimo junto ao FMI, resultando num câmbio flutuante. Couto & Abrúcio relatam que a propaganda do governo de levar o Brasil a um crescimento sustentado foi inviabilizada. A popularidade presidencial despencou até o final de seu mandato.

⁸ Fernando Henrique, na sua proposta de governo, havia dito que o Estado seria mantido em “áreas estratégicas, onde deverá ter a capacidade de produzir com eficiência, qualidade e preços competitivos” p. 202. Em outro trecho, aponta que o programa de privatização reduziria a dívida pública assim como se tornaria um componente do processo de reestruturação do Estado. Mais adiante, evitaria e coibiria a concentração excessiva do capital e a formação de monopólios privados, principalmente em áreas de interesse social. Cardoso, Fernando Henrique. *Mãos à obra: proposta de governo*, p. 202, 203.

⁹ Cf. Aloysio Biondi. *O Brasil Privatizado*.

Os autores apontam três fatores impeditivos à sucessão presidencial: a) a crise energética de 2001, derivada dos erros do marco regulatório das privatizações, considerado um fracasso no sistema elétrico e a coordenação débil das políticas intersetoriais; b) incapacidade de reforma do modelo econômico para a redução da vulnerabilidade externa; c) enfraquecimento das bases políticas do governo, principalmente a disputa de poder no Senado com destaque para a batalha entre Jader Barbalho (PMDB – PA) e Antônio Carlos Magalhães (PFL – BA)¹⁰.

O governo FHC não introduziu todas as reformas desejadas, principalmente na administração federal. Contudo, a classe trabalhadora após esse período adquiriu novos formatos, novas configurações. No dizer de Antunes (2000), a nova morfologia da classe trabalhadora é resultado da ofensiva do capital deflagrada pelo toyotismo e suas formas de flexibilização na produção com impactos substantivos nos organismos de representação da classe trabalhadora nos países centrais e periféricos. A flexibilização de direitos seguido da crise sindical teve efeitos político ideológicos estruturantes e estão em curso. Essa nova configuração dos sindicatos e da classe trabalhadora são aspectos que aprofundaremos no capítulo seguinte.

¹⁰ Para saber mais, cf. COUTO, Claudio G. & ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas, instituições. Rev. Tempo Social, novembro 2003, USP.

3. O TOYOTISMO: a nova ofensiva do capital - os efeitos políticos e ideológicos nas organizações sindicais

Segundo Antunes (2000), nos anos e 1980 e 1990 as transformações decorrentes da própria concorrência intercapitalista e do binômio taylorista / fordista exigiu uma nova reestruturação dos processos produtivos - formas flexibilizadas da gestão organizacional também chamadas de acumulação flexível a partir do chão da fábrica.

O toyotismo, universalizado nos 1980, constituiu-se como um conjunto de técnicas e métodos que ampliaram a capacidade produtiva do capital. Para Alves (1998), este representou o “momento predominante do complexo de reestruturação produtiva na era da mundialização do capital”. A gênese sócio-histórica vinculada ao sistema Toyota de organização do trabalho relacionando coerção e consentimento permitiram uma captura tanto objetiva quanto subjetiva do operário às custas da derrota do movimento sindical.

De acordo com Antunes (2000), nestas condições históricas, o sistema Toyota alcança proporções universais, as quais não teria sido possível sem a derrota do movimento operário japonês. Os sindicatos combativos no Japão sofreram uma forte ofensiva dos capitalistas, no intuito de eliminar qualquer contestação aos novos padrões que estavam sendo estabelecidos. Um exemplo claro, foi a greve de 1952 dos trabalhadores da Toyota marcada pela intransigência do patronato em não aceitar negociação com os trabalhadores. Diante desta recusa, os sindicatos classistas recuaram nas suas práticas.

Como observou Barbosa (2006):

A partir de 1953, a ofensiva patronal obrigava o sindicalismo combativo japonês a rever e alterar suas práticas reivindicativas, deslocando a resistência e a solidariedade de classe. Tratou-se de um movimento que visou, pela coerção, formas de controle que desembocaram no sindicalismo-casa vinculado ao ideário e ao universo patronal, combinando

repressão e cooptação. O toyotismo nasceu, portanto, como resultado da ofensiva dos capitais industrial e bancário japonês, que investiram efetivamente na derrota do movimento operário para implantar o sindicato empresa, ao fim de uma longa greve que culminou com a demissão massiva de 1600 operários. (Barbosa, 2006:40).

Esses fatos revelam que a organização da produção pelo sistema Toyota tem, nas suas origens, mecanismos que se desenvolveram ao longo da consolidação dos seus métodos, de subalternidade do operariado. Uma condição tornada indispensável ao êxito da via japonesa na década de 80 com a crise do taylorismo/fordismo.

A ofensiva patronal sobre o movimento sindical japonês teve como consequência, um sindicalismo de colaboração de classes perdendo essencialmente as características tradicionais, entre as quais, a defesa dos interesses do operariado e a perspectiva de superação do sistema capitalista. Constituiu-se como parte componente da empresa a qual estava vinculada. Isso significou um abandono do princípio da luta de classes e a consequente incorporação dos valores empregados na produção fabril japonesa possibilitaram a inserção do Japão para a competição dos mercados internacionais. As novas condições estabelecidas com a crise do capital, nos anos 1970, associadas ao surgimento de novas tecnologias como a robótica, microeletrônica, automação impuseram uma necessidade de redefinir os protocolos organizacionais para que a produção atingisse um nível de excelência.

Para Alves (1998), o toyotismo deve ser apreendido como um estágio superior de racionalização do trabalho, no qual há um salto qualitativo no processo de captura da subjetividade operária distinguindo-se, no plano da consciência de classe do taylorismo/fordismo. As práticas gerenciais e empregatícias como o just-in-time/kan-ban, controle de qualidade total e engajamento estimulado desenvolveram numa nova significação para o capital, que já não tinha relações com as suas condições originárias.

O autor aponta, nesse aspecto, que o interesse do capital foi constituir como o americanismo e o fordismo nos anos 1930, compõe uma nova subjetividade operária, estabelecendo assim uma nova via de racionalização do trabalho. Portanto, o controle do operário, para o toyotismo era fundamental para a subsunção real do trabalho, já apontado por Marx, no capítulo VI inédito do capital.

Um aspecto analisado por Antunes (2015) é a mescla do toyotismo com outras vias de racionalização do trabalho. Acerca disso, Antunes afirma que:

[...] “Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da ‘Terceira Itália’, na Suécia, (na região de Kalmar, do que resultou o chamado ‘kalmarianismo’), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar [...]. Ensaiam-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s), ‘a gestão participativa’, a busca da qualidade total, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se

ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias. (1995:23)

Como poder ideológico predominante no mundo da produção a depender das especificidades locais mesclava-se com outras formas de produção configurando uma relação caracterizada por Alves (1998) como dialética (superação/conservação) em relação ao fordismo. Mas então que mecanismos foram lançados para efetivar a captura objetiva e, principalmente subjetiva do operário?

Nesta etapa do capitalismo, consensualmente entre os autores da sociologia do trabalho, apontam a forma que os métodos organizacionais do toyotismo, contribuíram para maior ganho de produtividade do capital com técnicas de organização/gestão tais como: *just-in-time*, *kanban*, *CCQ's*, envolvimento participativo e auto ativação entre outras. Diferente do fordismo, onde havia a repetitividade da função. O toyotismo supõe a execução de funções múltiplas, a polivalência do operário que agora não atua em apenas uma função, mas terá que absorver múltiplas capacidades para operar várias funções na máquina. Trata-se de uma produção em função da quantidade e da qualidade exigida pelo mercado. (ALVES, 1998).

Na visão positiva do modelo japonês, Coriat (1994), destaca o que chama de princípio:

“Da linearização da produção consiste em implantar as máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes. Para isso, elas seriam dispostas em círculos ‘abertos’, achando-se umas diante das outras. Os operários podem assim se ver designados a realizar trabalhos, e os padrões de trabalho que lhe são impostos seriam diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e da quantidade de encomendas.” (1998: 43).

O *just-in-time/kan-ban* no interior da fábrica toyotizada articula a gestão pelo estoque. Isto significa que a produção é voltada para uma determinada demanda. Não cabe nesta técnica uma produção massiva, mas uma produção controlada e eficaz quanto aos seus reais objetivos. É a lógica da acumulação flexível. O *kan-ban*, por sua vez, é um dispositivo empregado nas linhas de produção que identifica as disfunções do sistema permitindo possíveis correções. Estas técnicas cumprem uma função na qual não há espaço para o trabalho improdutivo. O trabalhador deve exercer as suas funções no tempo determinado para não se tornar um “entreve” para a produção diária. Isto eleva a exploração do trabalhador. A subjetividade deste trabalhador está voltada para cumprir rigorosamente a meta diária. É uma nova relação do capital com o trabalho assalariado.

O objetivo dos métodos, como observa Alves (1998), é aplicar a racionalização - para o capital, significa dispensar estoques, dispensar excesso de pessoal e dispensar excesso de equipamentos. Conforme o autor é princípio estrutural do toyotismo, no processo de captura da subjetividade do trabalhador está intrinsecamente ligado ao envolvimento do operário na empresa, por meio da abertura de carreiras longas combinado com as promoções no interior destas. Apesar de não ser uma inovação, o estímulo à carreira do operário, por meio de aumentos salariais, sob os moldes toyotistas, deve ser entendido como uma técnica de controle do comportamento. Desta maneira, estes aspectos organizacionais causam profundas transformações no mundo do trabalho, como desemprego, mercado de trabalho paralelo, subcontratações, entre outros aspectos que serão discutidos mais adiante neste capítulo.

3.1 Reestruturações produtivas no Brasil

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro, dependente das economias centrais ganha novos contornos, a partir da segunda metade da década de 1950, com um novo padrão de acumulação, baseado na industrialização automobilística assegurando uma estrutura de reprodução do capital, na qual, a

burguesia nacional associa-se ao capital estrangeiro na “condição de sócia minoritária do capital transnacional. (Barbosa, 2006, p. 50). Esse modelo de industrialização baseado principalmente, na substituição de importações, estabeleceu um novo patamar da divisão internacional do trabalho, sendo deslocados para as economias dependentes, tecnologias obsoletas. É o que Oliveira (1977) caracterizou como:

[...] agora, a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 83).

O Estado, por meios políticos e institucionais, garante a ampla participação do capital privado nacional e estrangeiro investindo em bens de consumo duráveis. O ingresso do capital estrangeiro, no cerne desta nova divisão internacional do trabalho, se deu via de solução ao descompasso existente entre os ramos produtivos da indústria nacional, quais sejam, bens de produção. Houve, nesse período, um crescimento acelerado da capacidade produtiva, uma tecnologia vinculada à II Revolução Industrial estruturada nos moldes de organização industrial taylorista-fordista.

Conforme Oliveira (1977), a política econômica do Governo fora construída em três eixos: política cambial, política fiscal e a política monetária e financeira. Combinadas, estas provocaram efeitos como a oligopolização dos novos setores industriais¹¹, congelamento das receitas do Estado e utilização do

¹¹ Oliveira menciona a Lei de Tarifas, como exemplo da política fiscal, responsável pela criação de mercados atrelados às indústrias em implantação ocasionando protecionismo e a oligopolização.

mecanismo inflacionário de forma intensiva. Como consequência desta política, houve uma atrofia relativa do setor de bens de produção.

O autor comenta sobre estas consequências, da seguinte forma:

“[...] Essa inversão restaurou – daí o cognome de ‘Restauração’ Kubitschek – um padrão de relações centro-periferia num patamar mais alto da divisão internacional do trabalho do sistema capitalista, instaurando, por sua vez - e aqui constitui sua singularidade -, uma crise recorrente de Balanço de Pagamentos, que se expressa na contradição entre uma industrialização voltada para o mercado interno mas financiada ou controlada pelo capital estrangeiro e a insuficiência de geração de meios de pagamento internacionais para fazer voltar à circulação internacional de capitais a parte do excedente que pertence ao capital internacional.” (OLIVEIRA, 1977, p. 87).

Foram instalados inúmeros parques industriais organizados em bases taylorista/fordista, na região sudeste do país. Nesse período, houve um aprofundamento da divisão social do trabalho no país, com a expansão das classes médias assalariadas e formação de um proletariado industrial. O processo de acumulação do capital industrial, sob a tutela do Estado desenvolvimentista, financiado pelo capital estrangeiro, a organização de uma economia centrada nos setores de bens de consumo duráveis, conforme Oliveira (1977). Nesta primeira reestruturação, segundo Barbosa (2006), ocorreu uma intensa e acelerada reestruturação produtiva no Brasil com a implantação da indústria automobilística no governo JK.

O segundo momento da reestruturação produtiva no Brasil, de 1968 a 1973, atingiu taxas de crescimento extraordinárias. O padrão de acumulação do capital industrial desenvolvido no período anterior, alcança o seu vigor produtivo, tendo como um dos principais pólos industriais, o ABC paulista. Um

crescimento com base no setor automotivo com grandes parques industriais e com uma classe operária organizada, sob os moldes fordista-taylorista.

Para os nossos objetivos, é importante destacarmos a atual reestruturação capitalista nos anos 1980, onde se articula a terceira revolução tecnológica com base na microeletrônica e novos padrões organizacionais do trabalho. Em relação a estas novas formas de controle do trabalho, Alves (1998), observa-se uma combinação entre um fordismo enrijecido e um toyotismo, ainda restrito e seletivo, por não realizar plenamente os novos padrões organizacionais e tecnológicos. A combatividade do movimento sindical por toda a década implicou em fortes entraves a este controle do capital. Mas a necessidade de elevação da produtividade ocorreu através da reorganização da produção, seja através da intensificação por meio das horas-extras e/ou da flexibilização do uso da força de trabalho nas empresas, com a relativa proliferação dos CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade) e o sistema de produção baseada no just-in-time/kan-ban. Era o início das primeiras formas de organização vinculados ao novo padrão técnico-organizacional, o toyotismo. Conforme analisou Alves (1998), a combatividade sindical dos anos 80 procurava denunciar o objetivo manipulatório do capital, impedindo, desse modo, uma apropriação plena dos CCQ's. A oposição dos sindicatos aos CCQ's acabou por esvaziar muitas das iniciativas empresariais.

Outro aspecto apontado pelo autor como entraves a plena realização do sistema CCQs foi a resistência dos cargos de gerência na incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo. Isto caracterizava-se como uma disputa pela hegemonia da produção. O consentimento com a participação do trabalhador não implicou em mudanças significativas nas relações de poder nem implicava na democratização ou acesso ao controle do trabalho como pretendia, setores do movimento sindical.

[...] A resistência da 'cultura gerencial' no Brasil em adotar novos procedimentos de participação dos trabalhadores nas decisões do processo produtivo nos anos 80 procurava traduzir [...] o nível da luta de classes entre capital e trabalho na época, que assumia uma nova dimensão política. A luta pela

hegemonia na produção desdobrava-se na teia hierárquica de domínio (e controle) do capital na organização do trabalho.” (ALVES, 1998, p. 139).

Dado a resistência, os CCQ's efetivamente não alteraram completamente os padrões tradicionais de trabalho, em muitos casos foram mesclados com o chamado modelo japonês. Daí a denominação de toyotismo restrito cunhado por Alves (1998).

A partir de 1984 e 1986, a recuperação da economia brasileira possibilitou o incremento na produção industrial de uma automação microeletrônica. Nestas inovações tecnológicas, estavam incluídas a MFCN (Máquina Ferramenta com Comando Numérico), CAD/CAM (computer aided design/computer aided manufacturing), flexibilização das linhas de montagem com base no uso de controladores lógicos programáveis (CLP), sistemas de soldagem múltipla flexível, entre outros. Estas, visavam a “elevação dos investimentos industriais em tecnologias produtivas, bens de capital voltados para a modernização industrial, cuja liderança pertence às máquinas de controle numérico computadorizado (ALVES, 1998, p. 145). Uma característica a ser ressaltada nesta fase foi a adoção de novas tecnologias não substituíam as operações manuais. As novas tecnologias atuavam principalmente na manutenção do andamento do fluxo da produção e no controle desta.

De acordo com Alves (1998), a introduções destas novas tecnologias não conduziu a uma capacidade sustentável de produtividade e competitividade da indústria brasileira no cenário mundial” (1998:147). A adoção destes padrões organizacionais e tecnológicos ainda não constituíam elementos suficientes para garantir uma competitividade satisfatória ao cenário da economia mundial. Segundo o autor, ainda não se observara nesta reestruturação produtiva dos anos 80, alterações que apontassem para um toyotismo sistêmico.

O período seguinte de 1987, o autor atenta para a existência de uma modernização sistêmica precária com algumas inovações tecnológicas e organizacionais num ritmo mais lento. A instabilidade de políticas econômicas configurou-se como um entrave a novos investimentos (inovações técnicas e

de tecnologias organizacionais). Alves (1998) considera que os anos 80 conheceram os elementos iniciais de uma reestruturação produtiva que definitivamente teria seus contornos mais bem definidos, a partir da década de 1990, com a inserção do Brasil na onda neoliberal.

De acordo com Alves (1998), os anos 80 lançaram as bases de gestação de uma ofensiva do capital no âmbito da produção que, apesar de suas tentativas de superação da crise do capitalismo brasileiro não alcançou em sua plenitude todo o seu desenvolvimento. Mas, ainda assim, os primórdios do toyotismo no Brasil e seus padrões tecnológicos e organizacionais incidiram sobre o movimento sindical, seja no debate quanto às comissões de fábrica, no engajamento da classe operária sobre o arrocho salarial, no enfrentamento da “velha estrutura sindical” combatida pelo novo sindicalismo.

3.2 Brevíssimas Considerações sobre o Novo Sindicalismo

A reorganização das massas operárias após um longo período de refluxo imposto pelo regime ditatorial militar irrompe em mobilizações que culminaram na construção de uma prática sindical mais combativa. A partir de 1978, a organização dos operários do ABC desmascarava a verdadeira face do Estado ditatorial brasileiro. Obviamente para que o “novo sindicalismo” alcançasse os seus objetivos, era inevitável o confronto aberto com a ditadura.

“ Além dos ganhos salariais, o movimento de 1978 serviu para pôr fim a um período de dez anos de intenso controle exercido pela aliança empresarial-militar sobre os operários e seus direitos de greve foram restabelecidos na prática ao longo das jornadas grevistas e a liderança sindical metalúrgica do ABCD acumulou enorme prestígio, alcançando uma inédita projeção nacional e sem mencionar a decisão da burocracia sindical, sob a pressão de agrupamentos marxistas, em discutir a criação do PT e da CUT. No entanto, a campanha salarial do ano seguinte deparou-se com um patronato determinado a derrotar o movimento. Na realidade, o reajuste tornou-se uma

questão menor. As empresas cobravam dos militares o retorno à 'normalidade'. Após dez dias de greve e temendo a intervenção do Ministério do Trabalho, a burocracia sindical encaminhou uma proposta de retomada do trabalho que foi rechaçada por uma assembleia de 90 mil trabalhadores. Imediatamente, o ministério decretou a intervenção em São Bernardo e Santo André. (BRAGA, 2012, p. 167-168).

Conforme analisado por Braga (2012), a greve de 1979 cumpriu uma função na consciência metalúrgica de desmascarar o papel do Estado que, em sua aliança empresarial-militar, apenas realizavam políticas de arrocho salarial, repressão, exploração da classe trabalhadora. Estava claro para o operariado que não haveria possibilidade de conquistar seus direitos sem um enfrentamento com a ditadura e seus asseclas. As greves de 1979 passaram a ser organizadas por categoria, em vez da organização por empresa como haviam sido anteriormente. O movimento impulsionado pela agitação nas bases coube às burocracias sindicais colocar à disposição os recursos para a organização das greves.

Em São Paulo, a oposição dos metalúrgicos decidiu pela greve, ainda que a direção sob o comando de Joaquim dos Santos Andrade fosse contrária. A repressão ao movimento grevista em São Paulo “com o emprego de tropas para dispersar piquetes, invasão de igrejas para dissolver reuniões de apoio e perseguição a grevistas em seus bairros de residência”, resultou na morte de um operário combativo Santo Dias. Este episódio indicava que o Estado ditatorial em aliança com o empresariado não mais toleraria greves que, a partir daquele momento representavam uma ameaça à segurança nacional. Portanto, deveria ser contido e tratado como inimigo interno. (ALVES, 1984, p. 256).

O acúmulo de experiências do ano de 1979 do operariado e de outras categorias como professores, bancários, construção civil, entre outras, reforçaram o enfrentamento com o aparato empresarial-militar reforçando no conjunto da classe operária forjada nas lutas a construção de um partido político dos trabalhadores, o PT.

Porém, o bloco empresarial-militar para defender o seu projeto político baseado na Doutrina de Segurança Nacional tinha uma determinação crucial em derrotar o movimento operário e não atender às suas reivindicações. A continuidade destas greves criticava a política econômica do governo. As prisões e intervenções foram inevitáveis e aconteceram como era esperado. Mesmo assim, os comandos alternativos de greve mantiveram o ritmo para garantir a classe trabalhadora em marcha, diante da exploração do trabalho. Mas, a falta de orientação e direção política, o cansaço de intensos conflitos em 41 dias, esvaziara a greve. Era a derrota do movimento operário.

Apesar disso, o impulso do ressurgimento operário, reconhecendo-se como sujeitos ativos da produção de riqueza e conscientes das tarefas de enfrentamento contra seus verdadeiros inimigos não se limitariam apenas a derrota do regime empresarial-militar, mas prosseguiriam por toda a década de 80. A tarefa principal, a organização da classe trabalhadora, que confluísse num bloco combativo e disposto, que continuaria nas lutas diante de um cenário recessivo.

A formação da CUT marcou um período de discussões e acirradas disputas das tendências que colidiram pela sua hegemonia. Este processo tivera início durante o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), em julho de 1978. Deste encontro resultou a Carta de Princípios, primeiro documento do movimento sindical urbano, cujos principais pontos eram: redemocratização nacional, com direito à eleição pelo voto popular para presidentes, governadores, senadores; revogação das leis de exceção; garantias de liberdade de imprensa e de expressão; anistia política.

Sobre as atividades sindicais e a organização estavam: alterações na CLT; direito à greve e rejeição a toda legislação restritiva; direito à negociação coletiva e fim da contratação individual de trabalhadores; liberdade de associação com organizações sindicais internacionais, sem autorização do governo. Contudo, essa unidade durou pouco. Os setores ligados ao PCB formaram a Unidade Sindical com membros históricos da burocracia sindical tradicional. Ainda percorrendo a trajetória de eventos significativos para a

consolidação do novo movimento sindical, a CONCLAT (I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) realizada, em agosto de 1981, marca o confronto entre as duas tendências. Os setores mais atuantes e que estavam nas direções sindicais como Lula, Olívio Dutra, Jacó Bittar alinharam-se com os setores das oposições sindicais através do ENTOES (Encontro dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical)¹² e se enfrentaram com a Unidade Sindical.

Segundo Antunes (1986), o CONCLAT “elaborou um programa de propostas concretas para a crise econômica que é decisivo, porque fere a base do regime, propugna uma mudança radical na política econômica e mostra que isso só é possível com a mudança do regime militar. O evento ficou marcado pela polarização entre as tendências. A Unidade Sindical tinha um número mais significativo no controle de aparatos sindicais. Mas, a postura desta tendência de manter-se aliados a dirigentes representantes das velhas estruturas e ao MDB resultou no afastamento dos setores mais jovens e dinâmicos e a um esvaziamento e perda de posições no interior do movimento sindical, como diz Welmowicki (2004). Como principal resolução do CONCLAT foi criada a Comissão Pró-CUT.¹³ Esta comissão deveria preparar um novo congresso em 82 para a formação da central única dos trabalhadores.

Os conflitos entre as tendências provocaram no interior desta comissão uma cisão que impediu a realização do congresso. O bloco da Unidade Sindical

¹² O ENTOES foi realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). No encontro havia militantes das oposições sindicais, comissões, comandos de greves, comissões de empresas, etc. Ocorre uma aproximação dos ativistas das oposições com as lideranças dos “independentes” liderados por Lula. O primeiro bloco formado no V Congresso da CNTI é rompido, pois os sindicalistas da Unidade Sindical consideravam o Encontro, um elemento divisionista no interior do movimento sindical. Rodrigues (1991) relata que este bloco convergiria nas origens da CUT. Algumas das lideranças das oposições sindicais já demonstravam interesse em fazer daquele encontro a base de uma central sindical. Os dirigentes sindicais “autênticos” defendiam uma CUT mais ampla e as suas posições foram concordadas pelos demais ativistas.

¹³ Antunes (1986) relata que a criação da Comissão Pró-CUT foi controverso e questionável devido aos conchavos feitos pelas lideranças e da polarização em torno da Unidade Sindical ou ao bloco do Novo Sindicalismo. Para o autor, esta disputa resultou num longo período, de agosto de 1981 até dezembro de 1982, de inoperância da Comissão Pró-CUT e na construção de uma política operária. Ver ANTUNES, Ricardo. Crise e Poder. São Paulo, Cortez; Autores Associados.

argumentava que não era viável um congresso naquele ano, pois seria ano de eleições. A ala do sindicalismo e das suas oposições decide pela realização do congresso também denominado CONCLAT. Entre as resoluções do CONCLAT de 1983 estavam: direito irrestrito de greve; liberdade e autonomia sindicais; reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores; e a aprovação de uma greve geral contra a política econômica do governo.

Por outro lado, o bloco da Unidade Sindical que boicota o CONCLAT de fundação da CUT, realiza o seu congresso com a mesma denominação. Três anos depois realiza o seu congresso que aprova a fundação da CGT, com um plano semelhante ao da CUT, mas, sem a convocação de uma greve geral. Como tendências no interior da central permanecem o PCB, PCdoB, MR-8, sindicalistas ligados ao PMDB e dirigentes próximos ao sindicalismo de tendências norte-americanas. Mais tarde, a aliança de Luís Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos com Antônio Rogerio Magri, dos Sindicato dos Eletricitários lançam o “sindicalismo de resultados”. Esta tendência se opunha ao sindicalismo de confronto, característico do novo sindicalismo, e priorizava as negociações e, em último caso, a greve por empresas. A CGT, herdeira do grupo burocrático sindical atrelado ao Estado encontra dificuldades na sua atuação, principalmente devido à atuação do sindicalismo combativo. Desde o ressurgimento das greves, estes dois campos se confrontam e como vimos, algumas greves tendo sido convocadas pelas oposições. As diferenças entre os grupos se expressa nas disputas de eleições de importantes sindicatos.¹⁴ Após a formação da CUT que defendia um sindicalismo de confronto, enraizado nas bases de parcela significativa da classe trabalhadora em todo o país, desloca a velha burocracia sindical da direção de importantes categorias.

¹⁴ Para mencionar apenas algumas disputas entre estes pólos do movimento sindical: retomada do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, quando a chapa oposicionista derrota o dirigente pelego, João Silveira, na direção do sindicato desde a década de 70, em 84. No Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos tomado por membros oposicionistas em 81. Além de outros como bancários de Belo Horizonte, metalúrgicos de Campinas, petroleiros do Rio. (WELMOWICKI, 2004, p. 62).

A fragmentação no interior da CGT continua com os embates das correntes do PCB, PCdoB e o sindicalismo de resultados. Isto origina a fundação da CSC, (Corrente Sindical Classista, originária de militantes do PCdoB), mais tarde alinhando-se à CUT, e de novas centrais sindicais. De um lado, tem-se a CGT (Confederação Geral do Trabalho) liderada por Antônio Magri e do outro, tendo como presidente, o Joaquim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e mantendo o nome de origem antes da cisão do campo burocrático sindical, CGT. Parte dos sindicatos ligados ao PCB devido ao enfraquecimento desta central e da dinâmica da luta de classes, no Brasil, sendo liderada pela CUT, migra para esta central. Nesta permaneceram apenas sindicatos ligados ao MR-8. (RODRIGUES, 1991, p. 38-39).

A CUT se tornara, desde a sua fundação, o pólo de aglutinação mais dinâmico e radicalizado do sindicalismo brasileiro nos anos 1980, com uma perspectiva classista e combativa, reunindo ativistas originários de tendências da esquerda radical e dirigentes sindicais que contestavam as condições vividas pela classe trabalhadora num cenário econômico e social altamente excludente. Na composição dos ativistas desta central inclui-se setores ligados a pastorais operárias da Igreja Católica.

Pode-se afirmar que, nesse período, a CUT e o PT, sem sombra de dúvidas, tornaram-se objetivamente a vanguarda da luta de classes no Brasil durante e após a ditadura empresarial-militar. Desde o ciclo grevista 78-80, o processo aberto pela rebeldia da classe trabalhadora obrigou uma parcela das direções sindicais a conduzirem a movimentação das massas e traduzir numa série de campanhas comuns aos trabalhadores, as reivindicações parcialmente exitosas. Isto permitiu que estas direções sindicais, atuando na estrutura sindical existente tivesse prestígio entre a classe e passando a ser vanguarda do movimento operário e sindical.

3.3 A década de 1990 sob a era neoliberal: novas configurações do mundo do trabalho

A partir dos anos 1990, o complexo de reestruturação deu um salto quantitativo e qualitativo na adoção de inovações tecnológicas e organizacionais. A competitividade crescente e voraz da fase neoliberal e o seu desembarque como programa dos governos Collor, Itamar Franco e FHC deu um novo ritmo para as empresas ao adotarem as inovações tecnológicas.

Sob esta nova fase da reestruturação produtiva, no país, ocorre uma ofensiva sobre o novo sindicalismo, atingindo diretamente as organizações sindicais da classe trabalhadora. Para além disso, contribui para o surgimento de um novo mundo do trabalho mais fragmentado e mais complexo. O desenvolvimento deste novo complexo de reestruturação produtiva e os impactos sobre o mundo do trabalho, assim como a atuação das organizações sindicais será privilegiado nesta parte do capítulo.

A vitória de Fernando Collor representou os anseios de uma burguesia nacional, ou de uma fração desta que, aguardava por um governo que favorecesse a entrada de capitais transnacionais com a liberalização comercial, “redução”. A partir da política adotada pelo Governo Collor, em particular, foi adotado a liberalização comercial, como aspecto imprescindível para aumentar os fluxos de capitais nas corporações transnacionais. O cenário de competitividade desenhado no capitalismo internacional exigia que estas corporações adotassem um incremento na sua produção suficientes para a concorrência no mercado local e regional (Mercosul). Assim tem impulso a nova reestruturação produtiva.

Segundo Antunes (2000)

“Com transformações decorrentes da própria concorrência intercapitalista, num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas e, por outro, a necessidade de controlar as lutas oriundas do trabalho e

que acabaram por suscitar a resposta do capital a sua crise estrutural”.

A inserção no mercado mundial fora materializada com o lançamento de medidas de política industrial, o PICE (Política Industrial e Comércio Exterior). Estas medidas previam uma desregulamentação e reduções de alíquotas de importações. Isto favoreceu a entrada de investimentos externos que deveriam dinamizar sua produção para enfrentar a concorrência externa. O PICE regulamentava vários instrumentos como: Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI), Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), Programa de Competitividade Industrial (PCI) e GEPS (Grupos Executivos de Política Setorial) (ALVES, 1998, p 208). Esses programas tiveram forte impacto no movimento sindical cutista¹⁵.

O estímulo ao aumento da qualidade e da produtividade se efetiva com a redução do imposto de importação. A tendência de relocalização industrial em direção aos países emergentes, principalmente com a onda crescente de produção, permitira ao capital a recomposição de novos padrões de flexibilidade do trabalho. Deste modo, os investimentos das corporações transnacionais no país tiveram índices elevados. A reestruturação produtiva, nos anos 1990, visou sobretudo a redução dos custos de produção e o consentimento operário. Contudo, o quadro recessivo no cenário macroeconômico, provocado pelas medidas de estabilização do Plano Collor incidiram sobre vários setores incluindo a indústria automobilística.

Conforme analisa Alves (1998), as corporações transnacionais, com sede no Brasil, concentraram-se na recuperação de mercados na Europa e nos Estados Unidos, nesse momento perdidos na concorrência com a indústria japonesa. Com a mudança de prioridades, coube as subsidiárias, a redução de investimentos, salários e as empresas passaram a promover programas de demissões.

¹⁵ Sobre o PBQP ver especialmente Celia Congilio 1997- dissertação de mestrado – PUC SP 1997.

Diante das condições adversas da economia brasileira, as indústrias passaram, de início, a adotar estratégias de racionalização de custos que implicaram na redução da jornada de trabalho, salários ou simplesmente demissões (cerca de 52% das empresas brasileiras apresentaram, nesse período, balanços negativos). É possível constatar, nessa época, um impulso aos ajustes administrativos ou racionalização nas indústrias, voltadas, principalmente, para a redução de custos (sendo a principal delas, a redução do quadro de pessoal). Eram reações de sobrevivência das empresas às adversidades da recessão (ALVES, 1998, p. 218).

O autor analisa que as pressões oriundas da concorrência desregulamentada obrigaram as empresas a darem um novo ritmo ao complexo de reestruturação produtiva. Mesmo que os investimentos não apresentassem níveis satisfatórios. Proliferaram-se o conjunto de métodos e técnicas organizacionais inspirados no toyotismo.¹⁶ Estas estratégias de racionalização de custos foram incorporadas à perspectiva de um toyotismo sistêmico (Alves, 1998). A adoção destas estratégias resultou num crescimento da produtividade a médio prazo, amparando-se na produção enxuta, *just-in-time/kan-ban* e na utilização de horas extras.

Este incremento na produtividade ocorreu sobretudo, pela adoção da produção enxuta, a qual impôs uma nova disciplina aos trabalhadores, mesmo que, às custas, da conciliação entre trabalho e capital, pois as demissões passam a ser a condição indispensável para o crescimento das empresas. A produção enxuta visa nesse sentido, maior capacidade de produção com menor quantidade de trabalhadores. As empresas aumentaram o seu faturamento anual. Evidentemente, implicou em crescimento do desemprego.

O sindicalismo no Brasil, passava a dar claros indícios dos efeitos da reestruturação capitalista. Não estavam na linha de frente de resistência em

¹⁶ Os métodos e técnicas mencionados por Alves (2000) são terceirização, CCQ's (Círculos de Controle de Qualidade), controle estatístico de processo (CEP), controle de Qualidade Total (CQT), kaizen, entre outros.

meio ao cenário de massivas demissões, seja porque estava colaborando (não nos esqueçamos que a Força Sindical já havia sido fundada) ou por mera passividade em largos passos, pois a CUT, já vinha alterando sua orientação política. Portanto, a classe trabalhadora vivenciou neste período uma super-exploração do trabalho, visto o uso abusivo de horas extras.

O êxito do Plano Real proporcionara um novo ciclo de crescimento da economia com um volume crescente de capital numa conjuntura favorável. A reestruturação produtiva passou a ser uma prioridade do governo para a inserção do Brasil ao mercado internacional. Deste modo, teria como pauta deslocar o Estado da condução da economia. Era imprescindível a realização de um conjunto de transformações neoliberais. Dentre estas, combinadas com a estabilização monetária, estavam a abertura comercial e a reforma do Estado. Dentre as outras prioridades, a privatização de setores como telecomunicações, o setor elétrico, a reforma administrativa, da previdência e tributária. O impulso à modernização industrial está assentado nestas condições.

Nos mandatos de FHC, o setor produtivo estatal (prestigiado nas décadas anteriores) foi desvinculado do Estado. Para empreender esta política, Cardoso empenhou-se junto as suas bases de sustentação do governo, no sentido de concretizar a venda de empresas lucrativas a investidores privados estrangeiros e brasileiros combinadas com uma larga liberalização comercial e desregulamentação financeira. A competitividade era uma prioridade do governo e a associação entre reestruturação e liberalização era um componente útil aos ajustes da economia nacional ao capitalismo internacional. A presença do capital estrangeiro atingiu patamares elevados, principalmente em relação ao número de fusões e incorporações.

A produtividade industrial foi impulsionada pela liberalização comercial como forma de atender às exigências do capital transnacional, em especial, do capital norte-americano ávido por lucros. A elaboração do Plano Plurianual (PPA), posteriormente Avança Brasil, como aponta Barbosa (2006), tornou-se um dos principais instrumentos de planejamento de médio prazo das ações do

governo brasileiro (2000-2003), suas diretrizes operaram significativas alterações no sistema de planejamento e orçamento federais”. Isto garantia que investimentos públicos e gastos sociais deveriam vincular-se a fontes específicas de receitas (2006:72). Com estas limitações, o governo privilegiara seus investimentos e ações para impulsionar outros setores, em especial, o setor industrial.

A modernização industrial, no Brasil, sobre a lógica do capital, foi estimulada e teve sua reestruturação desenvolvida plenamente por inovações tecnológicas, crescente flexibilidade do trabalho, retomada de investimentos no setor automobilístico. Por outro lado, a estabilização alcançada com o Plano Real, propiciou condições favoráveis para a adoção de programas de Qualidade Total e, um aspecto inovador nesta fase, que incide sobre o sindicalismo, os bônus de salários relacionados à lucratividade das empresas.

Assim, acionando coerção e consentimento, o toyotismo, no Brasil, sob a lógica do capital, em busca de qualidade e produtividade, investiu no envolvimento operário na produção, com isso, parcela dos operários que não se adaptaram a nova lógica da produção capitalista eram excluídos. Estes passavam a compor uma massa de operários desempregados, elevando os índices de desemprego estrutural. E, por outro lado, os operários que permaneciam eram envolvidos em mecanismos de consentimento, particularmente, os mais qualificados.

Um aspecto também interessante e a ser observado foi o gradual abandono da luta pela reposição salarial por parte das organizações sindicais, para reivindicar bônus de produção. A partir desta nova lógica de produção, cabiam aos operários elevar a sua capacidade produtiva para, no final, ter participação nos lucros e resultados. Ora, isso também se tornou um dos mecanismos de consentimento do operário, pois, como diz Alves (1998), o objetivo das novas formas de pagamento, na perspectiva do capital, é claro: fortalecer a relação de parceria entre a empresa e os empregados. (1998:261). E como alerta o autor, cabia a empresa, de acordo com seus interesses, estabelecer a forma de pagamento. Esse processo adquiriu feições mais

corpóreas no contexto de retrocesso nas estratégias sindicais, nos pólos industriais mais desenvolvidos e na formação de um mundo do trabalho mais precarizado.

Nestes governos que implementaram o neoliberalismo, a necessidade de elevação da produtividade dos capitais desde o início da década de 1990, por meio da reestruturação produtiva e dos métodos organizacionais e tecnológicos, redução do número de trabalhadores, aumento da jornada de trabalho dos empregados, desencadeou processos de intensificação da produção enxuta, subcontratação e de terceirização, que resultaram no aumento das modalidades de trabalho. O mundo do trabalho gestado nessa conjuntura acarretou um sem-número de desempregados, trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores temporários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mundo do Trabalho com o toyotismo, enquanto momento predominante do complexo de reestruturação produtiva tomou impulso no país, a partir dos anos 1990 e para atingir níveis de competitividade, as empresas investiram em mecanismos de captura da subjetividade operária, do engajamento estimulado, um novo estágio de racionalização da produção.

Na história do capitalismo, formas de captura da subjetividade operária foram empreendidas com o intuito de envolver o operário à racionalidade vigente. O fordismo/taylorismo não conseguiu impor plenamente a “racionalidade capitalista na produção. Mas as variáveis psicológicas do comportamento operário, que o toyotismo tem procurado desenvolver por meio dos mecanismos de comprometimento operários tem o intuito de aprofundar as formas de controle do capital na dimensão subjetiva. (ANTUNES&ALVES, 2004).

Portanto, como elemento constitutivo do capital e em medição de forças com ele, a força de trabalho precisa ser subsumida constantemente. Nessa fase da mundialização do capital, a subsunção real tornou-se um elemento imprescindível para a obtenção de lucros pelos conglomerados transnacionais. O toyotismo possibilitou ao capital este nível de envolvimento do operário com seus métodos organizacionais e debilitando a ação sindical.

A constituição do mundo do trabalho que se segue a esta lógica apresenta múltiplas faces, dentre as quais: subcontratações, trabalhadores temporários, parciais, livres, precarização, terceirizações, subproletarização, desemprego estrutural. As novas configurações do mundo do trabalho no Brasil são delineadas por oscilações no crescimento do país, com políticas neoliberais de abertura comercial e um câmbio sobrevalorizado até 1999, desestruturando enormes cadeias produtivas, que, por sua vez, promoveram desemprego em regiões industriais e pelo complexo de reestruturação produtiva.

Além das políticas neoliberais, não podemos deixar de indicar também como condicionantes destas configurações do mundo do trabalho, as dinâmicas estruturais das transformações produtivas do capitalismo que vinham ocorrendo desde meados da década de 1970 com a crise do capital.

Nesse momento, no Brasil, pós golpe de 2016, momento em que também escrevo esta monografia, a terceirização avança. Cabe ressaltar, que o seu crescimento ocorre, também sobretudo, devido à exclusão de uma parcela do operariado que não se “adequou” aos novos parâmetros da produção racionalizada toyotista. É justamente, esta parcela excluída, que busca novas ocupações no setor de serviços, nas empresas terceirizadas contratadas pela indústria automobilística, indústria de autopeças, entre outros setores, além da produção fabril. O que foi demonstrado pela realidade e por meio de pesquisa é que, estes trabalhadores têm seus direitos burlados, sem nenhuma garantia. Assiste-se a uma ampliação de subcontratações em expansão no mundo do trabalho. Cresce a precarização de trabalhadores e trabalhadoras. A terceirização se torna um dos aspectos deste novo e (precário) mundo do trabalho, denominação atribuída por Alves, que impactam o sindicalismo brasileiro. As organizações sindicais, numa crescente onda corporativista, e claramente debilitadas, do ponto de vista da ação sindical, ficam aturcidas diante do crescimento destes trabalhadores. Não são reconhecidos por estas organizações que defendem apenas os interesses de suas categorias (trabalhadores formais com carteira assinada), os demais trabalhadores terceirizados estão sem proteção. Seria este um sindicalismo que caminha para ser mais colaborativo e mais conciliador? Que desafios estão postos?

Mas para além da crise desse modelo sindical importa, segundo Barbosa (2011), discutir as suas “vias de renovação”, o que passa pela ultrapassagem da luta econômico -corporativo atualizada por esta “nova ordem produtiva. Como analisa o sociólogo francês Alain Bihr (1998), cabe ao movimento sindical colocar-se como sujeito político capaz de renovar-se a partir dos seus elementos organizacionais, estratégico e ideológicos, tendo presente o conjunto de transformações do capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mônica Piccolo. Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2010.

ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social Ascensão (e crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998) Revista Sociol. Política., Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

_____, Giovanni. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000) Revista Sociol. Política., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil - 2º ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

ANDERSON. Perry. Balanço do neoliberalismo. In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org). Pós neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho - 16º ed - São Paulo: Cortez, 2015.

_____, Ricardo. Crise e Poder. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____, Ricardo e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Acesso em: 25/03/2017.

BOITO JR. Armando. Revista Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: UEMA, 2006.

BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

BOITO JR. Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

_____, Armando. Revista Crítica Marxista, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____, Atilio. “Os novos leviatãs” e a pólis democrática: decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: Pós-Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia? SADER, Emir, GENTILI, Pablo. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRANDÃO. Rafael. Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

_____, Fernando Henrique. Mãos à obra Brasil: proposta de governo. Brasília, 1994.

CADERNO ANDES, Brasília, p 1-41, Agos. 2007.

CHAGAS, Helena. Relações Executivo – Legislativo. In: LAMOUNIER, Bolivar, FIGUEIREDO, Rubens(orgs). A Era FHC: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

COELHO, Eurelino. A crise estrutural segundo Mézaros: notas críticas. Comunicação do XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), Londrina, 2005.

_____, Eurelino. Uma esquerda para o capital – Crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

COUTO, Cláudio G. e ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. Rev. Tempo Social, USP, nov. 2003.

DURANS, Claudia Alves. Limites do Sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses. São Luís: EDUFMA, 2008.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Neoliberalismo e Neo – Imperialismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p 1-19, abr. 2007.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, p. 37-57, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste fim de século. <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/neoglobliberalismo.pdf>. Acesso em: 23/07/14.

_____, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. www.clacso.org.ar/biblioteca. Acesso em: 23/07/14.

GORZ, Andre. A nova agenda. In: Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. BLACKBURN, ROBIN (org.).

HARVEY, David. A condição pós-moderna., 1993. São Paulo: Loyola, 1993).

MANDEL, Ernest; SALAMAS, Pierre e VALIER, Jacques. Introdução à Teoria Econômica Marxista. São Paulo: ILAESE/Editora Sundermann, 2006.

MARX, Karl. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

_____, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I – trad. Reginaldo Sant'Anna - 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição – trad. Paulo Cezar, Sergio Lessa. 1 ed revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTTA, Celia Maria. Atualização da crise neoliberal. In: Lutas Sociais. In: Lutas Sociais n. 21-22, NEILS – PUC, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência perfeita. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR, Armando. O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.) O desmonte da Nação. Balanço do governo FHC. Rio Janeiro: Vozes, 1999, p. 25-44.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. Lutas Sociais nº 7, 2001.

WELMOWICKI, José. Cidadania ou classe? O movimento operário na década de 80. São Paulo: Sundermann, 2004.

